



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

Relatório Anual de Gestão Exercício 2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS



RIO BRANCO/AC – 2023



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2023

**Relatório de Gestão do exercício 2022 elaborado de acordo com a
Resolução TCE/AC nº 87/2013 e IN CGM nº 02/2022**

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

Área de Gestão

Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN

Wilson José das Chagas Sena Leite
Secretário Municipal de Finanças

Flaviane Agustini Stedille
Secretária Adjunto de Receitas

Carlos Fabio Alves Monteiro Pereira
Diretor de Contabilidade

Francisco Tavares da Silva Neto
Diretor de Tesouraria

Josué Alexandre de Oliveira Júnior
Diretor de Administração Tributária

Weverton D'avila de Farias
Diretor de Gestão Administrativa

RIO BRANCO/AC – 2023



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

LISTA DE QUADROS

1	Identificação da SEFIN	10
2	Imóveis Contemplados com a Remissão Total	20
3	Imóveis Contemplados com a Remissão Parcial	21
4	Apuração do Superávit Financeiro de Exercício Anterior	40
5	Demonstrativo da Execução Física e Financeira das Ações	47
6	Composição das Receitas Executadas	49
7	Demonstrativos da Previsão e Realização de Receitas Orçamentárias	50
8	Programação das Despesas de Correntes	51
9	Programação das Despesas de Capital	51
10	Programação da Despesa Total do Órgão	51



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

LISTA DE GRÁFICOS

1	Arrecadação Anual Total do IPTU	35
2	Arrecadação Anual Total de ITBI	36
3	Arrecadação Anual Total de ISSQN	37
4	Arrecadação Anual Total do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	38
5	Receitas de Transferência - Fundo de Participação dos Municípios - FPM	39
6	Receitas de Transferências - ICMS	40
7	Receitas de Transferências - IPVA	41
8	Receitas de Transferências - SUS	41
9	Receitas Totais PMRB	42
10	Receita Corrente Líquida - RCL	44
11	Percentual da Despesa Total com Pessoal - DTP	45
12	Despesas com ASPS - Saúde	46
13	Despesas com MDE - Educação	46



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

LISTA DE FIGURAS E FOTOS

1	Organograma da Secretaria Municipal de Finanças	12
2	Entrega das Premiações	16
3	Entrega das Premiações	16
4	Entrega das Premiações	17
5	Entrega das Premiações	17
6	Entrega das Premiações	18
7	Entrega das Premiações	18
8	IV SIFRA - Seminário de Inovações e Ferramentas para Recuperação da Arrecadação (e Receitas Alternativas).	22
9	IV SIFRA - Seminário de Inovações e Ferramentas para Recuperação da Arrecadação (e Receitas Alternativas).	23
10	Website do Programa Nota Premiada.	24
11	Entrega da Premiações do Programa Nota Premiada	25
12	Entrega da Premiações do Programa Nota Premiada	26
13	Curso de Gestão da Dívida Ativa Municipal	27
14	Mapa demonstrativo para avaliação de isenção de IPTU 2023	26
15	Aerolevantamento Vila Verde	30
16	Base Asfalta Rio Branco no RBGEO	30
17	De olho na Obra no RBGEO	31
18	Imagem da câmera construção do Elevado Dias Martins	31
19	Mapas de Abrangência da UBS Maria de Fátima	32
20	Mapa da nova base de bairros de Rio Branco	32
21	Mancha da Enxurrada do Igarapé São Francisco	33
22	Mapa do novo Zoneamento Urbano de Rio Branco	33



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

SIGLAS E ABREVIATURAS

CGM	Controladoria Geral do Município
COSIP	Contribuição Social para Iluminação Pública
DOE	Diário Oficial do Estado
DTP	Despesa Total com Pessoal
EC	Emenda Constitucional
FAAO	Faculdade da Amazônia Ocidental
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Básico
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IPI	Imposto Sobre Produtos Industrializados
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA	Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
ISSQN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto de Transmissão de Bens Imóveis
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentária
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
NFS-E	Nota Fiscal de Serviços Eletrônica
PARF	Programa de Auxílio à Regularização Fiscal dos Contribuintes de Rio Branco
PMEF	Programa Municipal de Educação Fiscal
PMRB	Prefeitura Municipal de Rio Branco
PPA	Plano Plurianual
RCL	Receita Corrente Líquida
SEFIN	Secretaria Municipal de Finanças
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUS	Sistema Único de Saúde
TCE	Tribunal de Contas do Estado do Acre
TCU	Tribunal de Contas da União
RBWEB	Sistema que integrou em uma única plataforma os sistemas ÁGATA (tributário), SAFIRA (contábil) e TURMALINA (recursos humanos)



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	9
2.	VISÃO GERAL.....	10
3.	PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FISCAL – PMEF.....	13
4.	CONSELHO DE CONTRIBUINTES.....	19
5.	PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DE CONTRIBUINTES DE RIO BRANCO - ACRE – REFIS 2023	19
6.	REMISSÃO DO IPTU PARA IMÓVEIS EM LOCAIS ALAGADOS	19
7.	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	22
7.1.	IV SIFRA - Seminário de Inovações e Ferramentas para Recuperação da Arrecadação (e Receitas Alternativas).....	22
7.2.	Programa Nota Premiada Rio Branco.	23
7.3.	PROGRAMA IPTU EM DIA DÁ PRÊMIOS	26
7.4.	Curso de Gestão da Dívida Ativa Municipal.....	27
7.5.	Divisão de Inteligência Fiscal	27
7.6.	Núcleo de Geotecnologia	28
7.6.1.	Composição.....	29
7.6.2.	Atividades desenvolvidas em 2023.	29
7.6.2.1.	Aerolevantamentos.....	29
7.6.2.2.	Realização da implementação da base asfalta Rio Branco dentro do Sistema RBGEO 30	
7.6.2.3.	Correção de logradouros do Bairro Santo Afonso	30
7.6.2.4.	Demanda SDTI.....	31
7.6.2.5.	Apoio à Secretaria Municipal de Saúde	32
7.6.2.6.	Nova base de bairros de Rio Branco	32
7.6.2.7.	Elaboração da mancha de alagação do Igarapé São Francisco	33
7.6.2.8.	Demanda Plano Diretor	33
7.6.2.9.	Validação dos dados cartográficos fornecidos pela TOPOCART	34
7.6.2.10.	Treinamentos ArcGIS	34
8.	DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO PRÓPRIA – PRINCIPAIS RECEITAS	34
8.1.	Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	34
8.2.	Imposto Sobre a Transmissão inter-vivos de Bens Imóveis – ITBI.....	35
8.3.	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	36
8.4.	Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	37
9.	COMPORTAMENTO DAS PRINCIPAIS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIA	39
9.1.	Fundo de Participação dos Municípios – FPM.....	39



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

9.2.	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS.....	40
9.3.	Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.....	40
9.4.	Sistema Único de Saúde – SUS.....	41
10.	RECEITAS TOTAIS DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO	42
10.1.	Superávit Financeiro.....	42
10.2.	Receita Corrente Líquida – RCL	43
10.3.	Despesas com Pessoal – Executivo	44
10.4.	Limite Constitucional de Investimentos em Saúde.....	45
10.5.	Limite Constitucional de Investimentos em Educação.....	46
11.	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO.....	47
11.1.	Plano Plurianual – PPA	47
11.2.	Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO	47
11.3.	Lei Orçamentária Anual– LOA	49
11.3.1.	Receita	49
11.3.2.	Despesas.....	51
12.	RESULTADOS E CONCLUSÕES	52



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório Anual de Gestão – RAG tem como principal objetivo cumprir o dever precípua de prestar contas das ações realizadas pelos gestores públicos responsáveis pela unidade organizacional em questão, considerando a observância a legislação vigente e, neste caso em destaque, apresentando a avaliação das ações planejadas pela Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN, considerando o PPA (2022-2025), bem como os instrumentos de planejamento da Prefeitura Municipal de Rio Branco LDO e LOA aprovadas para o exercício de 2023.

A conjuntura econômica e política em que os entes subnacionais tiveram que atuar em 2023 ainda apresentou grandes reflexos das dificuldades enfrentadas nos últimos anos, considerando as significativas mudanças pela qual o Brasil vem passando nestes ambientes. Além disso, a crise econômica decorrente das enxurradas, transbordamento dos igarapés e enchentes gerou muitas complicações para o equilíbrio das contas públicas.

Em Rio Branco, com o objetivo de manter a austeridade das contas públicas, diversas medidas foram adotadas com o objetivo de manter os níveis de arrecadação, redução das despesas de custeio e ênfase na qualidade do gasto público. Um cenário desafiador devido a rigidez no comportamento das despesas e a necessidade de não prejudicar serviços essenciais à população.

Por isso, merece destaque no relatório o comportamento das receitas visando demonstrar as medidas adotadas e os resultados alcançados com cada uma delas. Sendo a SEFIN uma secretaria meio, tem entre seus objetivos o controle das receitas e despesas, ambas necessárias à execução dos diversos programas em cada uma das secretarias/órgãos.

Foi realizado um intenso trabalho de monitoramento fiscal, por meio da Divisão de Fiscalização Tributária e de Inteligência Fiscal, principalmente, nas empresas prestadoras de serviços, e o aprimoramento das ações de orientação e informação aos contribuintes, objetivando aumentar a arrecadação e a consequente diminuição dos índices de inadimplência em alguns dos tributos.

Considerando a relevância das técnicas de trabalho no âmbito do fisco municipal, com vistas à melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Não obstante, o grande desafio da gestão pública é manter com excelência a prestação dos serviços públicos por meio da utilização racional de seus recursos, ampliando a arrecadação própria sem aumento da carga tributária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

2. VISÃO GERAL

Quadro 1 – Identificação do órgão

Denominação completa: Secretaria Municipal de Finanças	
Denominação abreviada: SEFIN	
Código LOA: 01.009.000.000	
Telefones/Fax de contato:	(68) 3212-7026
E-mail: gabinete.sefin@riobranco.ac.gov.br	
Endereço Postal: Rua Rui Barbosa, 285 – Centro. Rio Branco/AC. CEP: 69.900-084	
Normas relacionadas ao Órgão	
Lei nº. 1.959/2013, publicada em 01/03/2013 no DOE nº. 10.998, p. 42. Decreto nº. 043/2019, publicado em 30/01/2019 no DOE nº. 12.481, p. 185. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001 DE 11 DE JUNHO DE 2015. INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 02 DE 11 DE JUNHO DE 2015. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003 DE 1º DE MARÇO DE 2016. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 004 DE 04 DE OUTUBRO DE 2017. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 005 DE 04 DE OUTUBRO DE 2017. LEI COMPLEMENTAR Nº 33 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017. SEFIN-INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06 DE 30 DE JULHO DE 2018. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 001 DE 30 DE JULHO DE 2018. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 002 DE 22 DE ABRIL DE 2019. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 007 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 008 DE 22 DE ABRIL DE 2019. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 009 DE 21 DE MAIO DE 2019. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 010 DE 04 DE MAIO DE 2020. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 011 DE 14 DE OUTUBRO DE 2020. SEFIN-SEMSA-SEMEIA-INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 001/2021. SEFIN-PORTARIA Nº 019 DE 19 DE ABRIL DE 2021. INSTRUÇÃO NORMATIVA SEFIN Nº 001 DE 28 DE JUNHO DE 2021. INSTRUÇÃO NORMATIVA SEFIN Nº 002 DE 01 DE JULHO DE 2021. SEFIN-PORTARIA Nº 001 DE 19 DE JANEIRO DE 2022.	



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

DECRETO Nº 131 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022.

DECRETO Nº 1.040 DE 04 DE JULHO DE 2022

LEI COMPLEMENTAR Nº 176 DE 25 DE JULHO DE 2022

DECRETO Nº 1.229 DE 19 DE AGOSTO DE 2022

DECRETO Nº 101 DE 31 DE JANEIRO DE 2023

PORTARIA Nº 07, publicada em 06/02/2023 no DOE nº 13.470, p. 287.

LEI COMPLEMENTAR Nº 228 DE 04 DE JULHO DE 2023

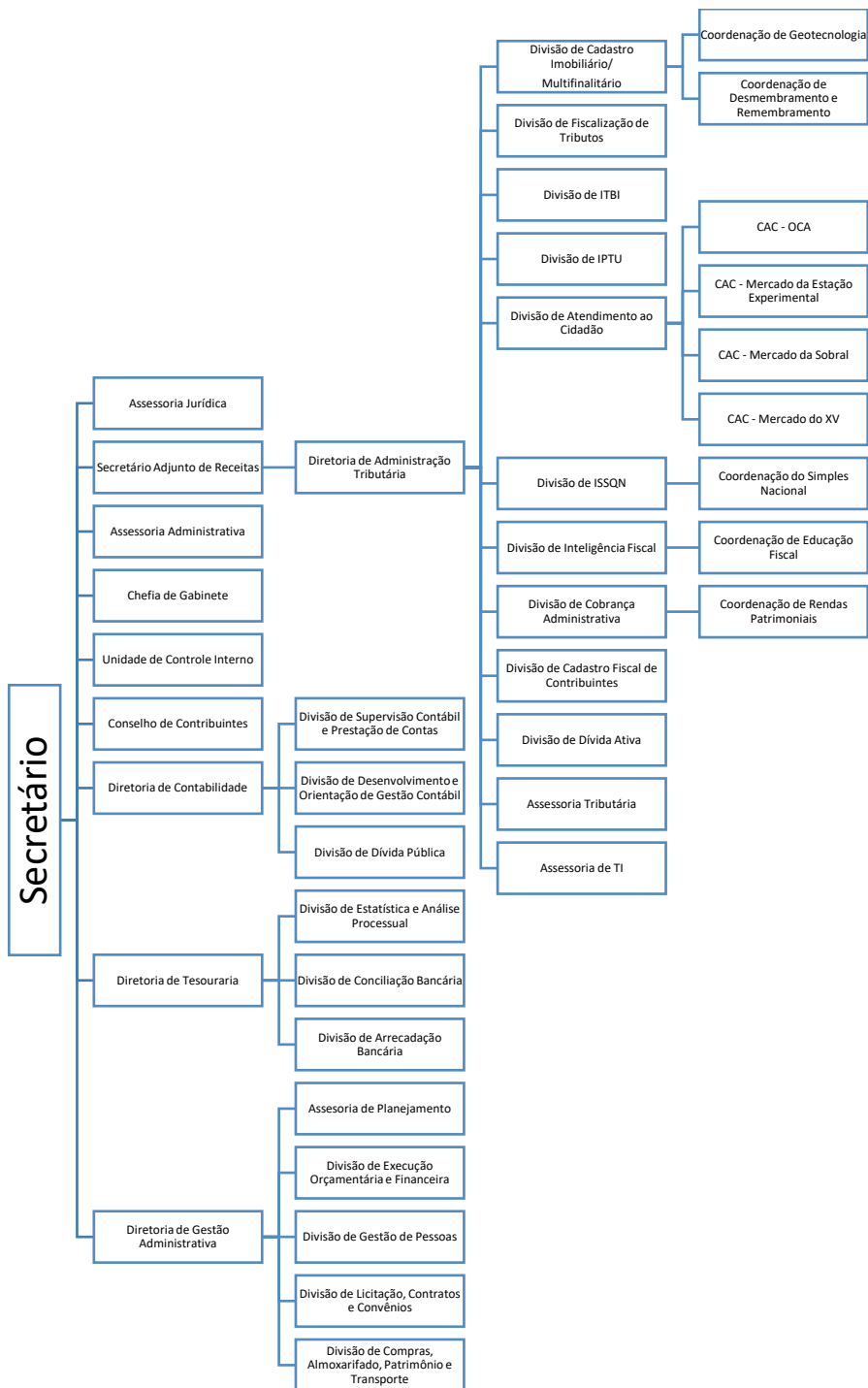
DECRETO Nº 1.880 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.

Unidades vinculadas	
Código	Nome
01.009.199.000	Tesouro Municipal

A organização administrativa da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN, passou por uma Reforma no exercício de 2022, estando disposta no art. 1º do Decreto nº 131 de 10 de fevereiro de 2022, publicado no DOE nº 13.225 de 15 de fevereiro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

Figura 1 – Organograma da Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN



De acordo com o artigo 40, VIII, da Lei nº 1.959, atualmente a Secretaria Municipal de Finanças possui as seguintes atribuições:



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

1. Formular e executar as políticas de administração tributária, econômica e financeira do Município;
2. Planejar, programar e executar as atividades relacionadas com receita, despesa, contabilidade e compras do Município;
3. Proceder à arrecadação, aplicação e fiscalização das receitas do Município;
4. Planejar, coordenar, formular e executar a política de compras do Município;
5. Julgar, em última instância, os processos de natureza tributária;
6. Expedir ou propor normas sobre Administração Fazendária;
7. Regulamentar a Legislação Tributária;
8. Garantir a eficiência do atendimento ao cidadão, no âmbito da Secretaria;
9. Transmitir ao Tribunal de Contas informes relativos à administração financeira e patrimonial do Município;
10. Gerir de forma centralizada procedimentos que visem à contratação de bens e serviços pelo Município, Fundações, Empresas Públicas, e demais entidades submetidas ao controle do Poder Executivo Municipal;
11. Propor cursos de capacitação aos pregoeiros e servidores em gerais, de modo a permitir uma continuada aprendizagem e atualização de temas polêmicos da área de licitações;
12. Decidir pela abertura de processo administrativo visando aplicação de penas aos licitantes no cometimento de ilícitos na fase interna dos processos;
13. Propor índice de atualização do valor de propriedade imobiliária para efeito de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU;
14. Apurar e promover a inscrição da dívida ativa do Município;
15. Promover e estabelecer o controle da arrecadação financeira dos espaços públicos de uso delegado.
16. Coordenar o processo de participação social e de gestão nas administrações das regionais do município
17. Formular e promover a execução de políticas de desenvolvimento de pequenos negócios;
18. Estimular e acompanhar a criação de práticas empreendedoras como oportunidades de geração de emprego e renda, praticadas nas diferentes formas de organização social;
19. Promover a articulação entre o setor público e o setor produtivo, visando o desenvolvimento de programas e projetos, bem como a transferência de tecnologias, para o desenvolvimento de pequenos negócios.

3. PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FISCAL – PMEF

Instituída em conformidade com o estabelecido pela Portaria nº 413, de 31 de dezembro de 2002, pelo Ministério da Fazenda e Ministério da Educação.

Entende-se que a escola é o local mais adequado para formar os futuros cidadãos, por isso Rio Branco, como a maioria dos municípios do País, implementou o Programa de Educação Fiscal na rede municipal de ensino, uma vez que está ligada diretamente à cidadania, no desenvolvimento de atitudes e valores éticos e cívicos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

A Educação Fiscal surge como proposta de despertar na sociedade uma reflexão e uma ação participativa, voltada para a percepção do contexto em que o cidadão está inserido, dando a ele informações para uma atuação consistente e de contribuição para a melhoria das condições sociais vigentes. Ela passa por mostrar a todos como funciona a máquina pública, resultando em uma aproximação do cidadão com o estado, compreendendo que este tem como princípio e fim servir ao bem comum.

Para esta atuação cidadã, é necessário que a população domine informações sobre gestão fiscal do país, estado ou município. Despertar no cidadão o seu papel de contribuinte, conscientizá-lo sobre a sua função social do tributo é, no mínimo transformar a sociedade numa aliada contra a sonegação fiscal. A Educação Fiscal se propõe a disseminar conhecimentos que embasam essa atuação: como se arrecadam os recursos; como se investe o dinheiro; de que mecanismos a sociedade dispõe para controlar o destino de recursos e bens públicos.

A proposta de trabalho da Educação Fiscal deve ser vista, no currículo, não como uma nova disciplina, mas como um tema transversal, que atravessa a atividade educativa em seu conjunto, atingindo os conteúdos das diversas áreas, ao longo de todas as etapas educativas. Seus objetivos podem estar presentes em todos os seus conteúdos. É um tema muito amplo, cuja abordagem na escola é mais fácil quando trabalhada em seus vários aspectos. O professor tem, portanto, um papel importante na escolha dos procedimentos adotados, como dinamizador e motivador do processo que culminará com a atitude do aluno.

O cidadão consciente da função social do tributo como forma de redistribuição da Renda Nacional e elemento de justiça social, é capaz de participar do processo de arrecadação, aplicação e fiscalização do dinheiro público, transformando nossa realidade e diminuindo assim o foco de desigualdades sociais existentes.

Com o Programa de Educação Fiscal pretende-se, portanto, uma sociedade mais lúcida e articulada. Persegue um Brasil mais justo e bem informado. Busca contribuir para que o cidadão seja um agente de mudanças, consciente da necessidade de cooperar com o pagamento dos tributos e atento às ações administrativas do estado, fiscalizando a aplicação das finanças públicas e demandando serviço público de boa qualidade.

A quantidade de escolas subiu de vinte e cinco para vinte e oito, e a quantidade de alunos abrangidos fora de 8.419 (oito mil quatrocentos e dezenove), do 1º ao 5º ano, onde os alunos tiveram a oportunidade de conhecer seus direitos e deveres, desenvolver a cidadania, valorizando o bem público como patrimônio coletivo e conhecendo sobre a gestão dos recursos públicos, aprimorando, dessa forma, a sua participação na sociedade.

Durante o ano de 2023 algumas atividades foram desenvolvidas pelo Programa de Educação Fiscal no âmbito da Secretaria Municipal de Finanças:

- a) Consolidação das redações, revisão, impressão e distribuição da “Coletânea de trabalhos realizados pelos alunos do 4º ano do ensino fundamental das escolas da Rede Municipal de Ensino de Rio branco entre os anos de 2009 e 2019;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

- b) Planejamento, estudo e confecção de material didático, para oferecer às escolas, visando contribuir para o enriquecimento de informações a serem trabalhadas com os alunos;
- c) Fornecimento da premiação referente ao Concurso anual de Redação da Educação Fiscal;
- d) Fornecimento de ônibus e kits lanche para os participantes do evento de premiação do Concurso de Redação da Educação Fiscal.

O Programa Municipal de Educação Fiscal é desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, a quem compete a coordenação pedagógica e o diálogo permanente com a comunidade escolar.

No dia 12 de janeiro de 2024, antes do encerramento do ano letivo 2023, realizou-se um significativo evento de premiação, que contou com quase 1000 pessoas, entre alunos e a comunidade escolar. Na oportunidade, foram entregues os prêmios referentes ao XIV Concurso de Redação da Educação Fiscal. As escolas participantes foram agraciadas com equipamentos destinados ao aprimoramento do aprendizado pedagógico, conforme sua necessidade e de acordo com a disponibilidade da Secretaria Municipal de Educação. Os alunos que escreveram as redações premiadas, juntamente com seu professor e Coordenador Pedagógico, receberam tablets, medalha e troféu.

A edição deste ano, também contou com a colaboração da Receita Federal, que destinou um smartphone para cada turma das escolas participantes, o qual foi sorteado entre todos os alunos. Os smartphones foram apreendidos pela Receita Federal e passaram pelo processo de descaracterização para posterior doação ao PMEF.

Vale ressaltar que tanto os prêmios quanto os kits de lanches foram submetidos a um processo rigoroso de licitação, reforçando a transparência e a conformidade com os procedimentos legais estabelecidos.



ESTADO DO ACRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

Figura 2. Entrega das premiações.



Fonte: Assessoria de Comunicação PMRB

Figura 3. Entrega das Premiações.



Fonte: Assessoria de Comunicação PMRB



ESTADO DO ACRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

Figura 4. Entrega das Premiações.



Fonte: Assessoria de Comunicação PMRB

Figura 5. Entrega das Premiações.



Fonte: Assessoria de Comunicação PMRB

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO
ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

Figura 6. Entrega das Premiações.



Fonte: Assessoria de Comunicação PMRB

Figura 7. Entrega das Premiações.



Fonte: Assessoria de Comunicação PMRB



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

4. CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Em 2023, a SEFIN submeteu à Câmara Municipal de Rio Branco, projeto de Lei Complementar para criação do Conselho Municipal de Contribuintes. Trata-se da primeira iniciativa apresentada ao legislativo com a finalidade de incluir a participação social nas tomadas de decisões, retirando o poder monocrático do Gestor da Pasta das Finanças Municipais nas decisões em segunda instância, portanto, consiste em uma instância administrativa que desempenha papel crucial na resolução de litígios fiscais entre os contribuintes e o município.

Assim, em 27 de dezembro de 2023 foi publicada a Lei Complementar nº 286, de 22 de dezembro de 2023, que “Cria o Conselho Municipal de Contribuintes do Município de Rio Branco e dá outras providências”.

5. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DE CONTRIBUINTES DE RIO BRANCO - ACRE – REFIS 2023

Instituído por meio da Lei Complementar nº 224, de junho de 2023, O Programa de Recuperação Fiscal de Rio Branco – REFIS 2023 estabeleceu a possibilidade da remissão de juros, multa de mora e multa de dívida ativa, bem como penalidades por descumprimento da legislação municipal, com a finalidade de promover a regularização de créditos de natureza tributária ou não tributária, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou por ajuizar, das pessoas físicas e jurídicas, vencidos até 31 de dezembro de 2022.

Tal iniciativa objetiva aumentar a arrecadação municipal, através do fomento ao adimplemento dos contribuintes, proporcionando a oportunidade para que regularizarem a sua situação fiscal perante a Fazenda Pública Municipal, com a possibilidade de parcelamentos para quitação de seus débitos fiscais em atraso, propiciando o restabelecimento financeiro e a manutenção das atividades produtivas. Além disso, contribui para que o Fisco Municipal reduza o imenso estoque de dívidas tributárias acumulado na carteira da Administração Tributária.

O REFIS 2023 possibilitou que o parcelamento das dívidas fosse solicitado até 15 de dezembro de 2023, de forma que, durante esse período foram negociadas 35.577 dívidas, e beneficiados 9.145 contribuintes.

6. REMISSÃO DO IPTU PARA IMÓVEIS EM LOCAIS ALAGADOS

Em decorrência das alagações ocorridas em Rio Branco nos meses de março e abril de 2023, foi aprovada a Lei Complementar nº 236, de 20 de julho de 2023, que



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

concede a remissão do crédito tributário do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e Taxa de Remoção de Resíduos Sólidos e Entulhos para imóveis prediais, referente ao exercício de 2023, que tiveram área territorial afetada, maior ou igual a 40% (quarenta por cento), pelas enchentes, inundações e/ou alagamentos causados pelas chuvas ocorridas de março a abril de 2023, no Município de Rio Branco.

O benefício concedido observou o limite de até 10 (dez) vezes o valor da Unidade Fiscal do Município de Rio Branco – UFMRB, do ano de 2023, para os imóveis residenciais e imóveis comerciais. Também foi permitida a remissão parcial para os imóveis cujo valor do IPTU e Taxa de Remoção de Resíduos Sólidos e Entulhos ultrapassa as 10 UFMRB. Importante destacar que a LDO 2023 previu na Tabela de meta Fiscal a estimativa de renúncia de receita de R\$ 2.355.454,00 para essas situações.

Para viabilizar a implementação da Lei, o Núcleo de Geotecnologia da SEFIN realizou um estudo técnico acerca das áreas atingidas, as inscrições imobiliárias e a porcentagem de suas áreas atingidas, bem como o valor devido de IPTU e Taxa de Remoção de Resíduos sólidos e Entulhos.

Assim, foi possível chegar nas seguintes estimativas de quantidades de unidades contempladas por esta Lei e respectivos valores do benefício:

Quadro 2 – Imóveis contemplados com a Remissão Total

Rio Acre		
Utilização do Imóvel	Valor da Renúncia	Qtd. Inscrições Imobiliárias
1 - Residencial	R\$ 919.911,94	2494
2 - Comercial	R\$ 75.967,10	84
3 - Industrial	R\$ 1.462,18	1
4 - Prestação de Serviço	R\$ 13.190,09	14
7 - Religioso	R\$ 22.843,29	21
8 - Serviço Público		
Total Geral	R\$ 1.033.374,60	2614

São Francisco		
Utilização do Imóvel	Valor da Renúncia	Qtd. Inscrições Imobiliárias
1 - Residencial	R\$ 492.093,06	1241
2 - Comercial	R\$ 13.607,25	16
3 - Industrial		
4 - Prestação de Serviço	R\$ 9.250,52	9
5 - Hospitalar		
7 - Religioso	R\$ 11.407,97	11



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

Total Geral	R\$	526.358,80	1277
-------------	-----	------------	------

Assim, foram contemplados com a remissão total dos valores lançados de IPTU e Taxas de Remoção de Resíduos Sólidos e Entulhos, **3.891 imóveis, equivalente a renúncia de R\$ 1.559.733,40** (Um milhão, quinhentos e cinquenta e nove mil setecentos e trinta e três reais e quarenta centavos).

Em relação aos imóveis contemplados com a remissão parcial, a estimativa foi a seguinte:

Quadro 3 – Imóveis contemplados com a Remissão Parcial

Rio Acre		
Utilização do Imóvel	Valor da Renúncia	Qtd. Inscrições Imobiliárias
1 - Residencial	R\$ 24.456,00	15
2 - Comercial	R\$ 132.062,40	81
3 - Industrial	R\$ 1.630,40	1
4 - Prestação de Serviço	R\$ 29.347,20	18
7 - Religioso	R\$ 16.304,00	10
8 - Serviço Público	R\$ 4.891,20	3
Total Geral	R\$ 208.691,20	128

São Francisco		
Utilização do Imóvel	Valor da Renúncia	Qtd. Inscrições Imobiliárias
1 - Residencial	R\$ 27.716,80	17
2 - Comercial	R\$ 48.912,00	30
3 - Industrial	R\$ 3.260,80	2
4 - Prestação de Serviço	R\$ 14.673,60	9
5 - Hospitalar	R\$ 1.630,40	1
7 - Religioso		
Total Geral	R\$ 96.193,60	59

Ao considerar a renúncia de receita realizada automaticamente e a renúncia concedida mediante requerimento, a Lei Complementar nº 236, de 20 de julho de 2023, beneficiou, pelo menos, **4.078 inscrições imobiliárias, totalizando o valor de renúncia de R\$ 1.864.618,20** (Um milhão oitocentos e sessenta e quatro mil seiscentos e dezoito reais e vinte centavos). Restando ainda R\$ 490.835,80 (quatrocentos e noventa mil oitocentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos) de margem para contemplar posteriormente aqueles casos que não foram diretamente contemplados e que se sentiram prejudicados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

7. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

A Diretoria de Administração Tributária é o Órgão responsável pelas Unidades de Execução da arrecadação dos impostos municipais. Conforme consta no Organograma da SEFIN, compõem a Diretoria de Administração Tributária as Divisões de Imposto Sobre a Propriedade Territorial e Predial Urbana – IPTU, a Divisão de Cadastro Imobiliário, Divisão de Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis, a Divisão de Fiscalização de Tributos Municipais, a Divisão de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, a Divisão de Inteligência Fiscal e a Divisão de Cobrança Administrativa.

7.1. IV SIFRA - Seminário de Inovações e Ferramentas para Recuperação da Arrecadação (e Receitas Alternativas).

A Diretoria de Administração Tributária atua participou juntamente com o Secretário de Finanças do **IV SIFRA - Seminário de Inovações e Ferramentas para Recuperação da Arrecadação (e Receitas Alternativas)**!, realizado pelo Municipopolis Instituto nos dias 03, 04 e 05 de maio de 2023, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Figura 8. IV SIFRA - Seminário de Inovações e Ferramentas para Recuperação da Arrecadação (e Receitas Alternativas).

MUNICÍPOLIS INSTITUTO
ideias, pesquisas e soluções

IV \$IFRA²

Seminário de Inovações e Ferramentas para Recuperação de Arrecadação (e Receitas Alternativas)

1º DIA Economia Local, crédito público, fomento, investimentos e despesas municipais
2º DIA Gestão Fiscal. Receitas Alternativas (patrimoniais, serviços, financeiras)
Processo fiscal e construção de consensos entre fiscos e contribuintes
3º DIA Tributação e Repartilha de Receitas

DATAS
De 03, 04 e 05 de Maio de 2023

LOCAL
SEDE @ABDF
Rua da Assembleia, 10/1613
Auditório | Rio de Janeiro

EVENTO HÍBRIDO
AO VIVO na plataforma Even3

Coordenação Geral
Ricardo Almeida

Mais informações
Tel: (21) 2127-8500
municipopolis@municipopolis.com.br

Inscrição pelo site
www.even3.com.br/iv-sifra-2023

Apoiadores: ANPA, ABDF, ASSEFAP, ABRAS, UBR, ENNAEM

Realização: MUNICÍPOLIS INSTITUTO

Organização: impar

IV \$IFRA

IV Seminário de Inovações e Ferramentas de Recuperação de Arrecadação (e Receitas Alternativas)

INSCRIÇÕES ABERTAS

O \$IFRA é um seminário dedicado a fornecer um arcabouço teórico e prático robusto para Gestores Públicos Municipais e profissionais do ramo do Direito e Finanças Públicas, discutindo temas relevantes e atuais do cotidiano dessas áreas.

SAIBA MAIS

INSCREVA-SE

Figura 9. IV SIFRA - Seminário de Inovações e Ferramentas para Recuperação da Arrecadação (e Receitas Alternativas).



7.2. Programa Nota Premiada Rio Branco.

A partir da publicação da Lei nº 2.157 em 22 de dezembro de 2015, o Poder Executivo Municipal ficou autorizado a instituir o Programa Nota Rio Branco, com o objetivo de incrementar a arrecadação por meio de incentivo à solicitação de emissão de documentos fiscais.

O Programa é fundamentado na necessidade de estimular, educar e conscientizar os cidadãos tomadores de serviços quanto à importância socioeconômica dos tributos e o direito à exigência da Nota Fiscal de Serviços. Para isso, cabe ao Executivo Municipal deliberar sobre a realização de sorteios de prêmios entre os tomadores que atenderam aos requisitos das campanhas.

O cronograma do sorteio deste ano foi divulgado por meio da Portaria nº 13, de 28 de abril de 2023, conforme abaixo:

N.º do Sorteio	Período de NFS-e abrangidos pelo sorteio	Data limite para manifestação de concordância ou de desistência do participante	Data limite para divulgação dos números dos cupons de cada participante	Data da extração da Loteria Federal que servirá de base a apuração dos contemplados	Data limite para a publicação do resultado do sorteio	Premiação
01	01/01/2023 a 29/06/2023	29/06/2023	30/06/2023	01/07/2023	05/07/2023	1º Prêmio: R\$ 10.000,00 2º ao 5º Prêmio: R\$ 5.000,00
02	30/06/2023 a 21/09/2023	21/09/2023	22/09/2023	23/09/2023	28/09/2023	1º Prêmio: R\$ 10.000,00 2º ao 5º Prêmio: R\$ 5.000,00
03	22/09/2023 a 14/12/2023	14/12/2023	15/12/2023	16/12/2023	20/12/2023	1º Prêmio: R\$ 20.000,00 2º ao 6º Prêmio: R\$ 5.000,00



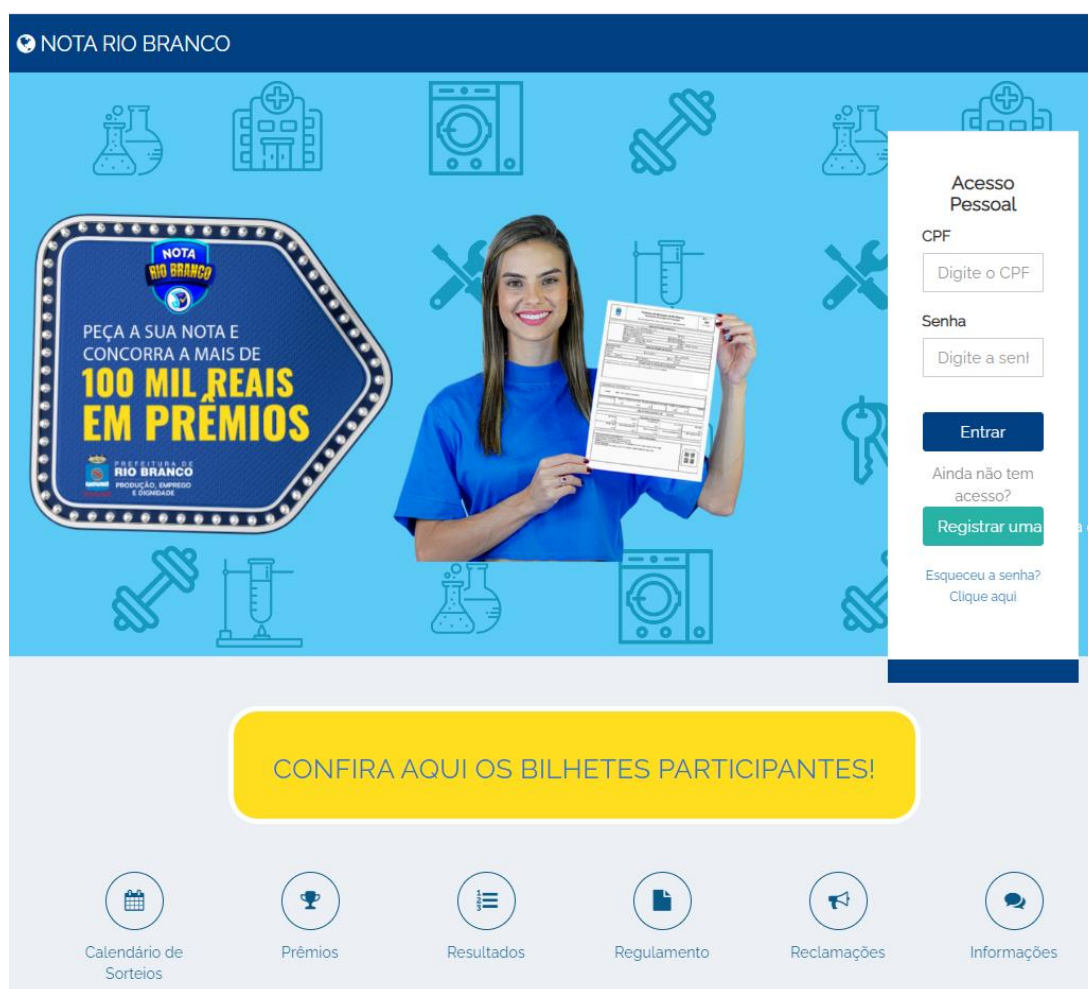
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

No ano de 2023 o Programa Nota Rio Branco sorteou R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais) em 03 (três) sorteios que ocorreram nos meses de julho, setembro e dezembro, conforme calendário divulgado por meio da Portaria n.º 13/2023 – SEFIN.

Ao todo foram 16 (dezesseis) contribuinte sorteados no Programa Nota Rio Branco no ano de 2023, os quais receberam prêmios nos valores de R\$ 5.000,00 e R\$ 10.000,00, sendo que no último sorteio ganhador do primeiro prêmio levou a quantia de R\$ 20.000,00.

A participação fora vinculada ao cadastro prévio no site específico do Programa: <https://notapremiada.riobranco.ac.gov.br/#/login>, e os números sorteados foram extraídos da Loteria Federal, garantindo assim a isonomia de todo o processo.

Figura 10. Website do Programa Nota Premiada.



Fonte: Assessoria de Comunicação PMRB

Em relação a adesão à campanha, foi superior à todas as edições anteriores, resultado da maior divulgação e conscientização dentro dos estabelecimentos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

Campanha	Sorteio	Quantidade de Usuários	Quantidade de Notas Fiscais
PROGRAMA NOTA PREMIADA RIO BRANCO 2023	DEZEMBRO/2023	2354	9575
PROGRAMA NOTA PREMIADA RIO BRANCO 2023	SETEMBRO/2023	2115	9333
PROGRAMA NOTA PREMIADA RIO BRANCO 2023	JULHO/2023	1949	15166

Fonte: Assessoria de Comunicação PMRB

Figura 11. Entrega da Premiações do Programa Nota Premiada



Fonte: Assessoria de Comunicação PMRB

Figura 22. Entrega da Premiações do Programa Nota Premiada.



Fonte: Assessoria de Comunicação PMRB

7.3. PROGRAMA IPTU EM DIA DÁ PRÊMIOS

A Lei nº 2.064, de 10 de julho de 2014 autorizou o Poder Executivo Municipal a instituir a Campanha Municipal de Arrecadação “IPTU EM DIA DÁ PRÊMIOS” mediante sorteio de prêmios, conforme definido em Regulamento, entre os contribuintes adimplentes do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.

Desde então, já foram realizadas diversas campanhas anuais. Em 2023, foi publicada a Portaria nº 15, de 18 de maio de 2023, que dispõe sobre o cronograma do sorteio de prêmios referentes ao exercício de 2023.

N.º	Publicação das Inscrições Cadastrais de Imóveis aptas ao sorteio	Data limite para a manifestação do contribuinte quanto às Inscrições Cadastrais de Imóveis publicadas	Data limite para a Comissão analisar e responder as manifestações realizadas	Data da extração da Loteria Federal que servirá de base para a apuração dos contemplados	Data limite para a publicação da homologação do sorteio	Data limite para a entrega dos prêmios
01	02/01/2024	07/01/2024	14/01/2024	15/01/2024	05/02/2024	19/02/2024
Premiação	1º Prêmio: 01 Moto 0 KM; 2º Prêmio: 01 Moto 0 KM; 3º Prêmio: 01 Moto 0 KM; 4º Prêmio: 01 Televisão; 5º Prêmio: 01 Televisão; 6º Prêmio: 01 Televisão; 7º Prêmio: 01 Televisão; 8º Prêmio: 01 Televisão; 9º Prêmio: 01 Televisão; 10º Prêmio: 01 Televisão; 11º Prêmio: 01 Televisão; 12º Prêmio: 01 Televisão; 13º Prêmio: 01 Televisão; 14º Prêmio: 01 Veículo tipo passeio, 0 km					

Essa iniciativa contribuiu para que a arrecadação do IPTU do exercício aumentasse de R\$ 33.651.406,86 em 2022 para R\$ 36.525.444,02 em 2023.

A entrega dos prêmios está prevista para acontecer em fevereiro de 2024.

7.4. Curso de Gestão da Dívida Ativa Municipal

Objetivando a melhoria na gestão da Dívida Ativa Municipal, principalmente com a implementação de rotinas de trabalho que permitam a análise mais apurada dos créditos tributários inscritos em dívida ativa e, conseqüentemente, obter maior nível de sucessão nos processos de cobrança administrativa dos créditos tributários municipais, o Professor Francisco Mangieri, por intermédio da empresa Tributo Municipal, veio à Rio Branco para ministrar o curso e capacitar os Auditores Fiscais de Tributos.

O Curso contou com a presença da do Secretário Municipal de Finanças e da Secretária Adjunta de Receitas, além de Procuradores Municipais.

Figura 133. Curso de Gestão da Dívida Ativa Municipal



7.5. Divisão de Inteligência Fiscal

Durante o ano de 2023, a equipe apresentada acima realizou 03 (três) treinamentos/capacitação sobre o universo jurídico do Simples Nacional. As despesas com os cursos correram por conta dos próprios integrantes do Setor e esses



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

treinamentos muito contribuíram para que pudéssemos desenvolver as atividades ulteriores.

No intuito de cumprir às disposições do art. 329-A da Lei Complementar Municipal nº 1.508/2003 – Código Tributário do Município de Rio Branco/AC, em consonância com a Instrução Normativa SEFIN nº 03/2016, como resultado do plano de ação para o ano de 2023 esta Divisão de Inteligência Fiscal instaurou o procedimento de Monitoramento Fiscal para acompanhar a movimentação tributária de **332 (TREZENTOS E TRINTA E DOIS)** contribuintes, observando o cumprimento das obrigações tributárias com foco nas alíquotas informadas para retenção por substituto tributário no Simples Nacional.

Do total de 332 empresas monitoradas, 224 ofereceram denúncia espontânea, instrumento que garante ao contribuinte sanar suas pendências sem consentimento de uma ação fiscal em seu desfavor. Por tal ação, parte dessas entidades autorizaram o lançamento de ISSQN no valor de **R\$ 3.643.102,09 (TRÊS MILHÕES SEISCENTOS E QUARENTA E TRÊS MIL CENTO E DOIS REAIS E NOVE CENTAVOS)**.

Como mencionado acima, além do ingresso de receitas pela via da denúncia espontânea, os contribuintes também foram instados a retificarem declarações no Simples Nacional, o que representou também o repasse de receitas de ISSQN para o Município. O valor foi considerado e por conta da dinâmica própria que existe nos programas, aceitamos não fazer um levantamento do montante vez que optamos pelo acompanhamento dessas declarações junto com a Coordenadoria do Simples Nacional.

Há um ganho exponencial nessa postura, vez que nessas ações indigitadas temos o enfrentamento em duas frentes. Encorajamos o contribuinte a sanar suas pendências anteriores, o que leva ao ingresso de novas receitas; e efetuamos um trabalho pedagógico no presente, vez que ele é instado a declarar futuramente de maneira correta os valores tributários, deixando de omitir e impedir o ingresso de valores corretos. Quantificar esse trabalho pedagógico é impossível, mas é manifesto que muito contribuiu para que o Município possa dispor de uma arrecadação mais justa e mais perto da precisa e necessária.

Por fim, resta salientar que todos os contribuintes que não participaram desses processos de monitoramento foram encaminhados para o Setor de Fiscalização, a fim de que possam receber o tratamento que a Lei reclama. Isso implica dizer também que o Setor de Inteligência fiscal, ficou totalmente à disposição para dar suporte a todos os processos de fiscalização que por ventura vieram a ser abertos.

7.6. Núcleo de Geotecnologia

O Núcleo de Geotecnologia é um centro de aplicação de tecnologias geoespaciais para coleta, análise, interpretação e visualização de dados.

O objetivo é utilizar as tecnologias para auxiliar nas tomadas de decisões, planejamento e gestão territorial de forma eficiente para a administração pública municipal.

7.6.1. Composição.

O Núcleo de Geotecnologia é composto por 05 (cinco) servidores, sendo:

Uiara de Almeida Jucá do Nascimento – Coordenadora do Núcleo de Geotecnologia
Antônio Marcos Costa da Silva – Técnico de Geoprocessamento
Fábio da Silva Lúcio – Técnico de Geoprocessamento
Gabriel Brandão Xavier – Técnico de Geoprocessamento
João Victor da Silva Schu – Técnico de Geoprocessamento

7.6.2. Atividades desenvolvidas em 2023.

Análise de geoprocessamento para aferição dos pedidos de isenção de IPTU referente a enchente do Rio Acre e Igarapés de Rio Branco alagação de 2023.

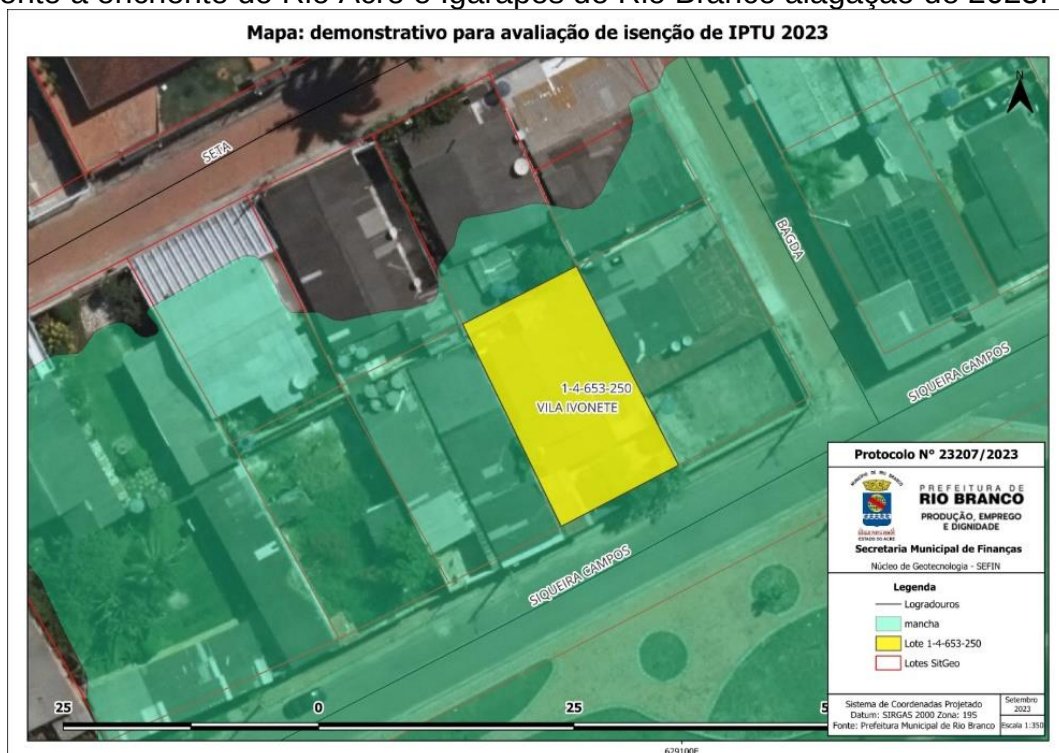


Figura 14. Mapa demonstrativo para avaliação de isenção de IPTU 2023

7.6.2.1. Aerolevantamentos

Foi realizado o aerolevantamento no núcleo urbano Vila Verde para identificar novos limites de propriedade e ajuste dos imóveis para cobrança de IPTU.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN



Figura 15. Aerolevantamento Vila Verde.

7.6.2.2. Realização da implementação da base asfalta Rio Branco dentro do Sistema RBGEO



Figura 16. Base Asfalta Rio Branco no RBGEO.

7.6.2.3. Correção de logradouros do Bairro Santo Afonso

Conforme solicitação da SEINFRA foi ajustado os logradouros do Bairro Santo Afonso para implementação do Projeto 1001 Dignidades.

No setor de Geotecnologia está sendo verificado todos os ajustes necessários para a malha de logradouros de Rio Branco, dando continuidade a correção da Lei nº 2030.

7.6.2.4. Demanda SDTI

Para atender a demanda da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Turismo e Tecnologia da Informação sobre o novo projeto “De olho na Obra” foi realizado a implantação do link das câmeras de segurança localizadas nas obras recorrentes em Rio Branco, sendo possível serem visualizadas através do Sistema RBGEO.



De Olho na Obra

Figura 17. De olho na Obra no RBGEO.



Figura 18. Imagem da câmera construção do Elevado Dias Martins.

7.6.2.7. Elaboração da mancha de alagação do Igarapé São Francisco

Conforme análise de dados espaciais, curvas de nível e levantamento *in loco*, foi elaborado uma camada para sobrepor os lotes e edificações que foram atingidas pela enxurrada do igarapé São Francisco. Com isso foi possível subsidiar informações para órgão parceiros como a Defesa Civil e tendo como produto uma planilha com o quantitativo da área em m² de proporção atingida pela água em relação a área do imóvel.



Figura 21. Mancha da Enxurrada do Igarapé São Francisco.

7.6.2.8. Demanda Plano Diretor

O Núcleo de Geotecnologia está responsável pela elaboração de todos os mapas temáticos da nova revisão do Plano Diretor de Rio Branco. Tendo em vista a falta de informações do Plano Diretor anterior, foi elaborado novos arquivos para confecção dos mapas.

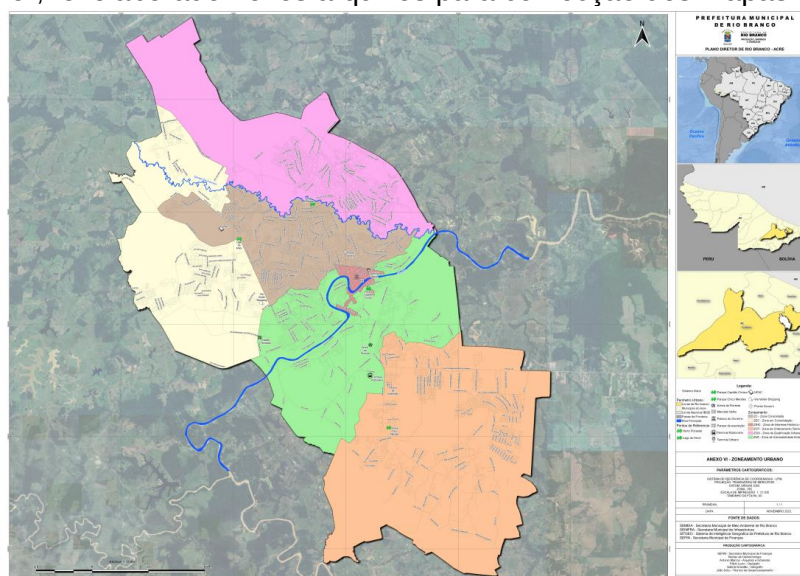


Figura 22. Mapa do novo Zoneamento Urbano de Rio Branco.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

7.6.2.9. Validação dos dados cartográficos fornecidos pela TOPOCART

Após entrega dos produtos realizados mediante aerolevantamento fornecidos pela empresa TOPOCART, este Núcleo de Geotecnologia teve a responsabilidade de conferir, corrigir e validar todos os dados cartográficos.

7.6.2.10. Treinamentos ArcGIS

Foram realizados treinamentos da equipe para o melhor uso do Sistema ArcGIS, contemplando a equipe deste Núcleo de Geotecnologia e servidores da Divisão de Cadastro Imobiliário.

Os treinamentos ministrados foram:

ArcGIS 1- Fluxos de Trabalhos Essenciais – Remoto realizado no período de 06/11/2023 a 09/11/2023;

ArcGIS 2- Fluxos de Trabalhos Essenciais – Presencial realizado no período de 20/11/2023 a 22/11/2023;

Criando e editando Dados com ArcGIS Pro – Presencial realizado no período de 04/12/2023 a 05/12/2023.

8. DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO PRÓPRIA – PRINCIPAIS RECEITAS

A arrecadação própria do município de Rio Branco, considerando o exercício de 2023, foi analisada pela composição dos seguintes elementos: Impostos, Taxas, COSIP, Dívida Ativa, Multas e Juros, Receita Patrimonial, Receita de Serviços, Outras Receitas Correntes e Receitas de Capitais.

Nessa esfera, foi arrecadado o montante de R\$ 1.666.635.779,00 (um bilhão, seiscentos e sessenta e seis milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, setecentos e setenta e nove reais), denotando um crescimento na receita a contrário sensu do cenário econômico do país, tendo em vista as dificuldades enfrentadas, no tocante à manutenção e custeio dos municípios com a pandemia que assola todo o mundo.

8.1. Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU

A arrecadação do IPTU vinha demonstrando uma constância em crescimento anual, revelando serem eficazes os trabalhos desenvolvidos pela Administração Tributária deste município, mesmo com a crise econômica gerada pela pandemia, como destaca abaixo:

Gráfico 1: Arrecadação Anual do IPTU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

Evolução anual da receita - de 2019 a 2023
- a preços correntes, em reais



Fonte: Sistema Financeiro

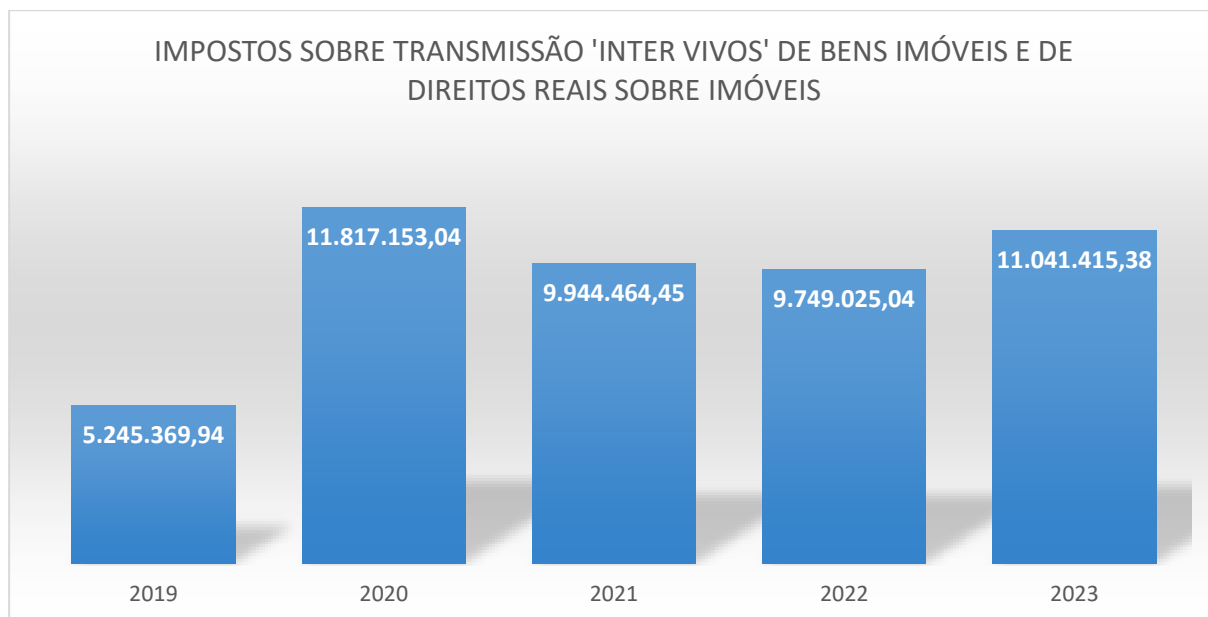
Nota-se que a arrecadação prevista de R\$ 63.630.638,00 (sessenta e três milhões, seiscentos e trinta mil, seiscentos e trinta e oito reais), não foi alcançada, chegando ao valor de R\$ 56.510.432,57 (cinquenta e seis milhões, quinhentos e dez mil e quatrocentos e trinta e dois reais e cinquenta e sete centavos).

Tal quantidade se deu em decorrência da remissão do crédito tributário do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e sobre a Taxa de Remoção de Resíduos Sólidos e Entulhos, referente ao exercício de 2023, incidente sobre os imóveis atingidos por enchentes, inundações e/ou alagamentos ocorridos no município de Rio Branco, nos meses de março e abril deste ano de 2023. Entre as quais, cerca de 3.891 imóveis foram beneficiados.

8.2. Imposto Sobre a Transmissão *inter-vivos* de Bens Imóveis – ITBI

O ITBI teve uma previsão de R\$10.078.849,00 (dez milhões, setenta e oito mil, oitocentos e quarenta e nove reais), sendo arrecadado o valor de R\$ 11.041.415,38 (onze milhões, quarenta e um mil e quatrocentos e quinze reais e trinta e oito centavos), registrando um resultado superavitário de R\$ 962.566,38 (novecentos e sessenta e dois mil, quinhentos e sessenta e seis reais e trinta e oito centavos).

Gráfico 2: Arrecadação Anual do ITBI



Esse resultado positivo se dá pela fase econômica estável no exercício de 2023, onde a negociação imobiliária foi bem sucedida, principalmente na área de moradias verticais, criadas por grandes construtoras que aqui se estabeleceram.

8.3. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN

O ISSQN é o responsável por mais da metade da receita própria de Rio Branco, pode-se considerá-lo como o principal imposto para financiamento deste município. Todavia, vem enfrentado uma contínua crise em todo território nacional, e todos os esforços vêm sendo empregados para o aumento desta receita, como a realização de Monitoramentos e Ações Fiscais de ISSQN de todo o Setor Bancário no município de Rio Branco.

No exercício de 2023 fora superado todas as expectativas na arrecadação dessa receita. Principalmente através de estratégias aplicadas pela Administração Tributária, no sentido de alavancar os trabalhos de auditorias e monitoramentos fiscais, além das orientações quanto às emissões de notas e maior acompanhamento no enquadramento do Simples Nacional.

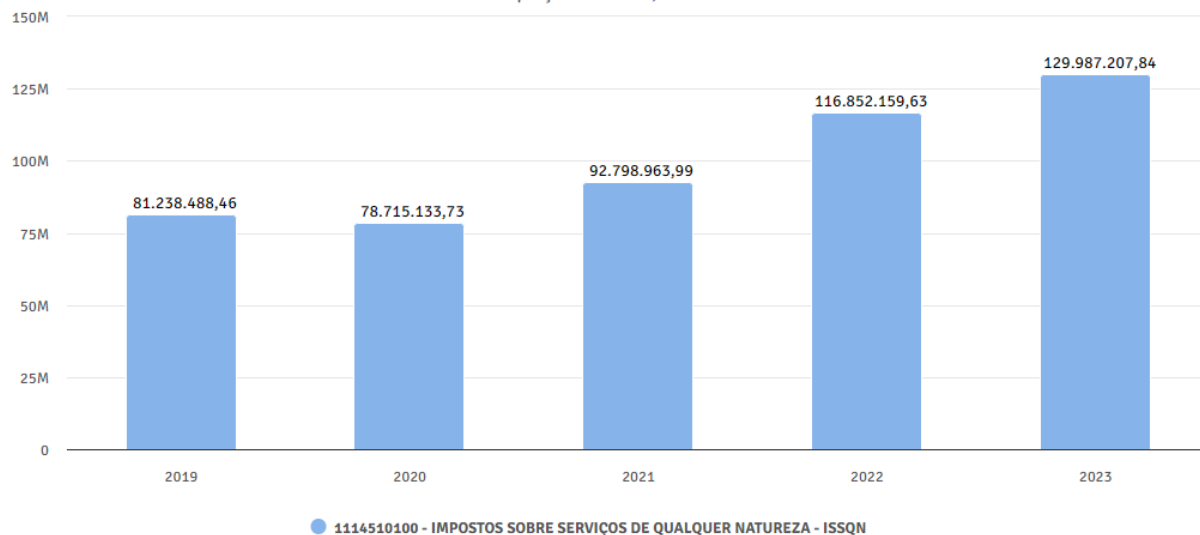
Gráfico 3: Arrecadação Anual do ISSQN



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

Evolução anual da receita - de 2019 a 2023

- a preços correntes, em reais



Fonte: Sistema Financeiro

Fonte: RBWEB SEFIN (2023).

A arrecadação fora de R\$ 129.987.207,84 (cento e vinte nove milhões, novecentos oitocentos e sete mil, duzentos e sete reais e oitenta e quatro centavos). Alcançando um resultado superavitário de R\$ 18.127.179,84 (dezoito milhões, cento e vinte e sete mil, cento e setenta e nove reais e oitenta e quatro centavos).

8.4. Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF

Por conta do comprometimento da gestão do Prefeito Bocalom, o município de Rio Branco realizou no exercício de 2023, a correção dos pisos salariais dos servidores da educação e da saúde. Feito isso a arrecadação do IRRF apresentou um crescimento expressivo, levando em consideração que esta receita está vinculada, principalmente, ao valor da folha de pessoal dos entes, e que a Constituição de 1988 garantiu a arrecadação deste tributo para os municípios, tem-se tornado uma importante fonte para custear os serviços públicos.

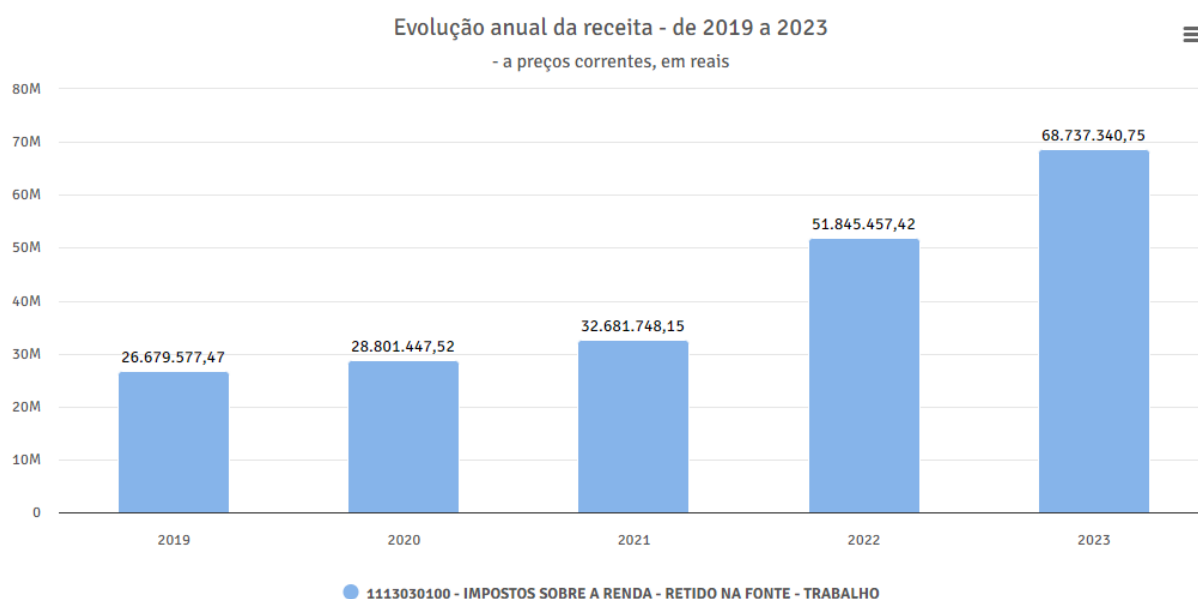
O valor da arrecadação no exercício de 2023 foi de R\$ 68.737.340,45 (sessenta e oito milhões, setecentos e trinta e sete mil, trezentos e quarenta reais e quarenta e cinco centavos), gerando um saldo superavitário de R\$ 11.362.071,75 (onze milhões, trezentos e sessenta e dois mil, setenta e um reais e setenta e cinco centavos).

Este superávit ocorreu em virtude do Decreto Municipal nº 1.880, de 28 de novembro de 2023, conforme estabelecido pela tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) durante o julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral nº 1.293.453

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

- RS e na Ação Cível Originária nº 2897. Segundo essa tese, é afirmado que a titularidade das receitas provenientes do imposto de renda retido na fonte, incidente sobre valores pagos por Municípios, Estados, Distrito Federal, suas autarquias e fundações, a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços, pertence aos entes federativos, de acordo com o disposto nos artigos 158, I e 157, I, da Constituição Federal.

Gráfico 4: Arrecadação Anual do IRRF



Fonte: Sistema Financeiro



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

9. COMPORTAMENTO DAS PRINCIPAIS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIA

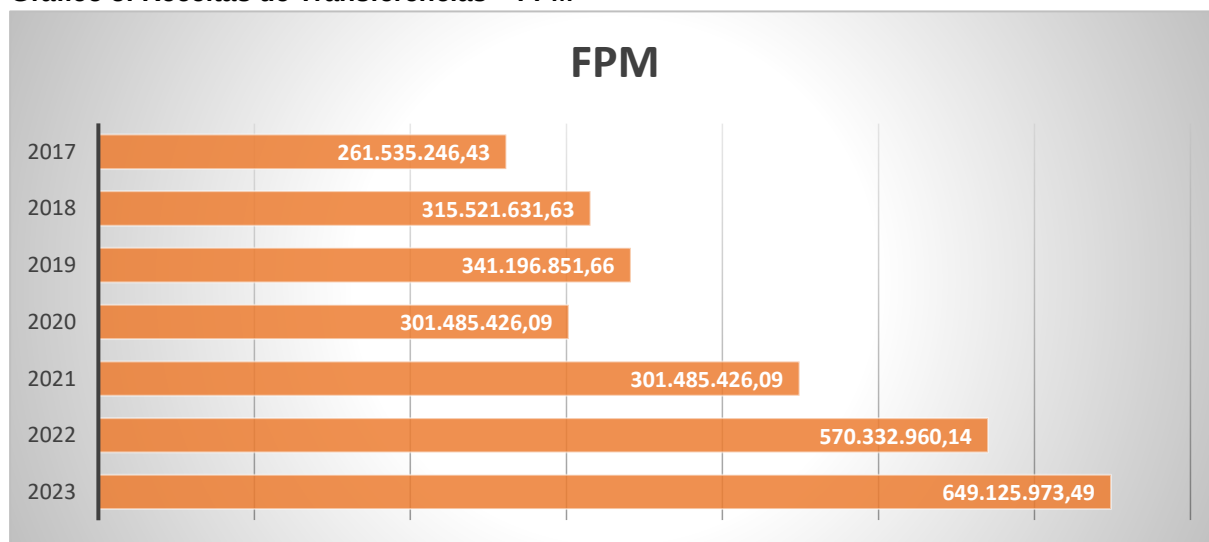
9.1. Fundo de Participação dos Municípios – FPM

O FPM está vinculado à arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), e trata-se da mais importante receita recebida pelo município de Rio Branco, sendo um repasse realizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) de 22,5% do total arrecadado com essas receitas e distribuído aos municípios com base no coeficiente de participação determinado anualmente pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Nos meses de julho a dezembro os valores repassados têm uma parcela extra de 1% das receitas citadas, com fulcro nas Emendas Constitucionais (EC) nº. 55/2007 e 84/2014. Das receitas recebidas pela STN, 20% são destinadas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico (FUNDEB), e 15% para as despesas com saúde.

Em 2023 a arrecadação do FPM foi de R\$ 649.125.973,49 (Seiscentos e quarenta e nove milhões, cento e vinte e cinco mil, novecentos e setenta e três reais e quarenta e nove centavos), apresentando um valor de R\$ 78.793.013,35 (Setenta e oito milhões, setecentos e noventa e três mil, treze reais e trinta e cinco centavos), a maior que o comparado com o exercício de 2022.

Gráfico 5: Receitas de Transferências – FPM



Fonte: RBWEB SEFIN (2023).



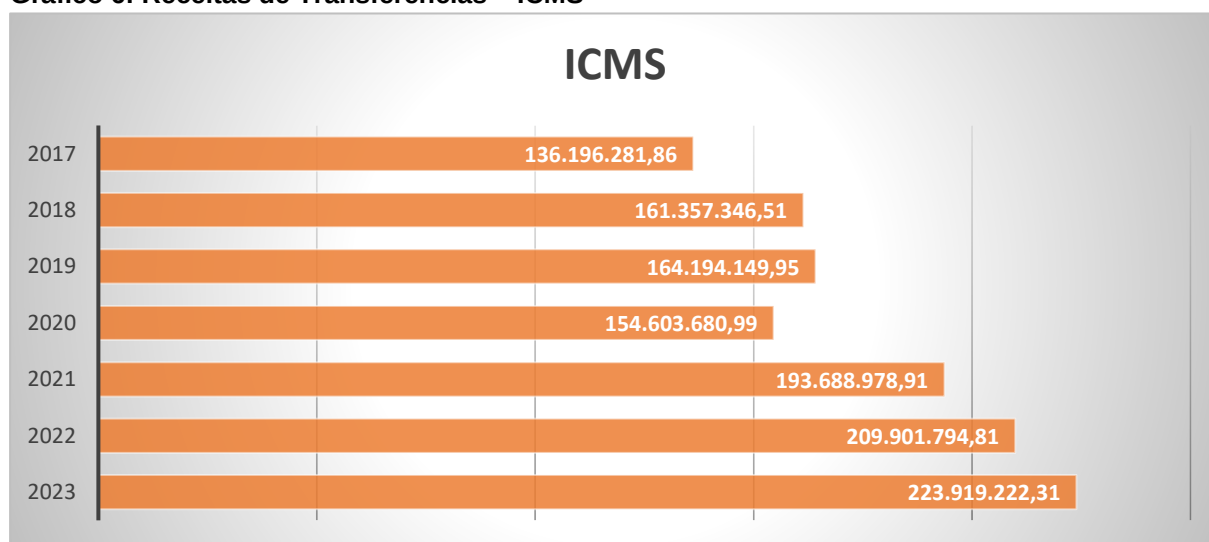
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

9.2. Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS

Por determinação constitucional, cabe aos municípios 25% do valor arrecadado pelos Estados referente ao ICMS, que é uma receita de grande importância dentre as de transferências.

No exercício de 2023, o repasse realizado pelo Governo Estadual foi de R\$ 223.919.222,31 (duzentos e vinte e três milhões, novecentos e dezenove mil, duzentos e vinte e dois mil reais e trinta e um centavos), superando em comparação com o ano anterior em R\$ 14.017.427,50 (quatorze milhões, dezessete mil, quatrocentos e vinte sete reais e cinquenta centavos).

Gráfico 6: Receitas de Transferências – ICMS



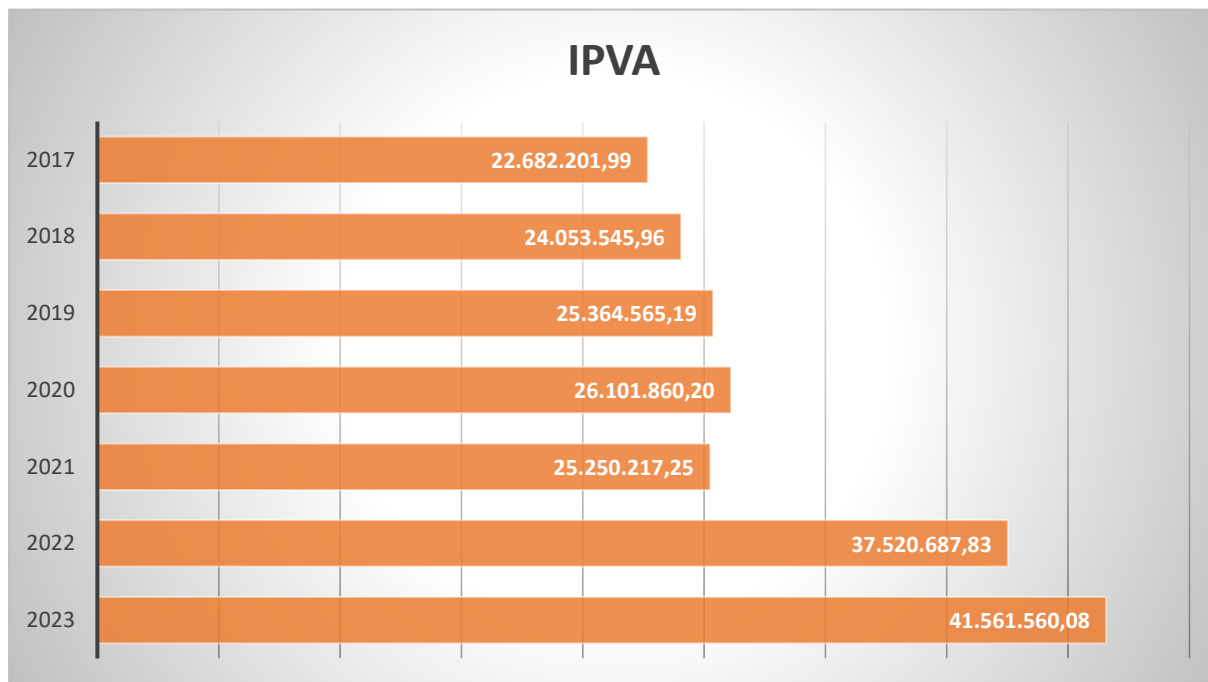
Fonte: RBWEB SEFIN (2023).

9.3. Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA

A receita destinada ao município referente ao IPVA corresponde a 50% da arrecadação, por determinação constitucional, e tem seu principal investimento nas ações de manutenção e melhoria das vias urbanas.

No exercício de 2023 este repasse foi de R\$ 41.561.560,08 (quarenta e um milhões, quinhentos e sessenta e um mil, quinhentos e sessenta reais e oito centavos). Observa-se que houve um aumento em relação ao ano de 2022.

Gráfico 7: Receitas de Transferências – IPVA



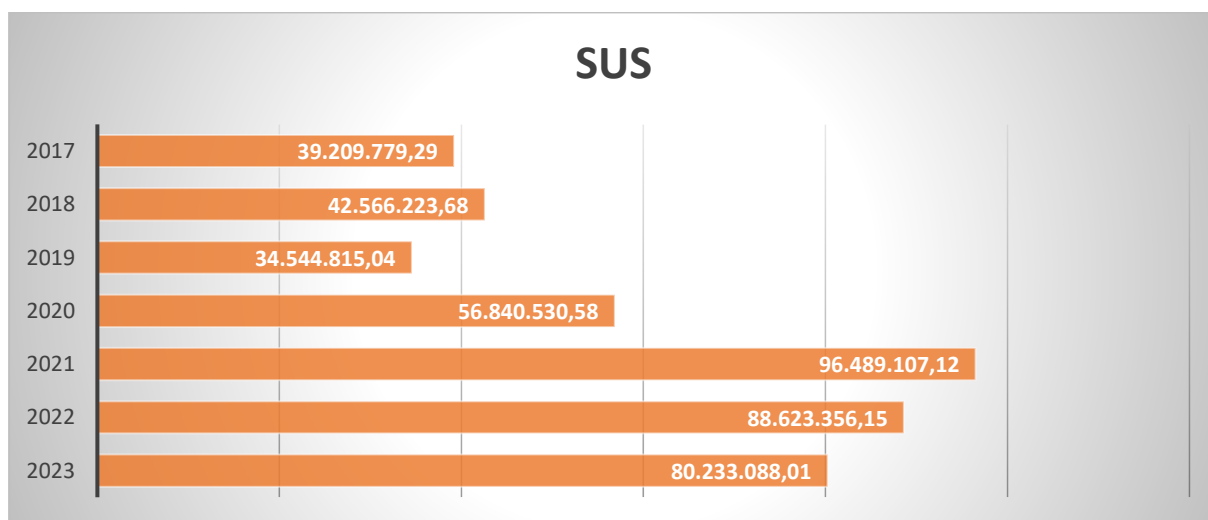
Fonte: RBWEB SEFIN (2023).

9.4. Sistema Único de Saúde – SUS

As receitas advindas de recursos do SUS são estabelecidas em função de variáveis como a população e o número de atendimentos prestados pelas unidades de saúde do município, vinculadas às ações do próprio SUS.

Em 2022 houve uma redução no valor do repasse, totalizando R\$ 80.233.088,01 (oitenta milhões, duzentos e trinta e três mil, oitenta e oito reais e um centavo), ultrapassando o previsto.

Gráfico 8: Receitas de Transferências – SUS



Fonte: RBWEB SEFIN (2023).



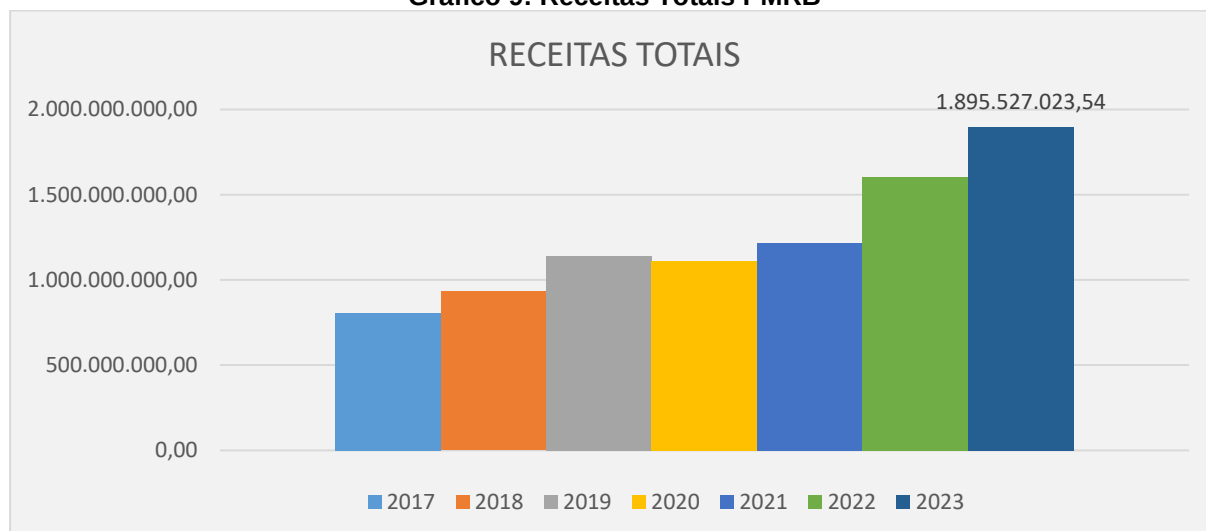
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

10. RECEITAS TOTAIS DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO

O município de Rio Branco encerrou o ano de 2023 com resultado satisfatório, haja vista que superou a previsão inicial da receita total, considerando diversos fatores, apesar da crise causada em decorrência da alagação e enxurradas advindas do transbordamento dos igarapés.

No exercício de 2023, tivemos uma receita total de R\$ 1.895.527.023,54 (um bilhão, oitocentos e noventa e cinco milhões, quinhentos e vinte e sete mil, vinte e três reais e cinquenta e quatro centavos).

Gráfico 9: Receitas Totais PMRB



Fonte: RBWEB SEFIN (2023).

10.1. Superávit Financeiro

Convêm destacar sucintamente que o conceito de *superávit* está ligado diretamente ao resultado financeiro, que é consequência da confrontação dos totais referentes às receitas e às despesas, quando então surgem as situações de superávit ou de déficit financeiro.

O resultado financeiro (superávit ou déficit) é apurado no subsistema de contabilidade financeira, organizado para gerar informações sobre operações que transitaram pelo patrimônio financeiro, resultantes ou não da execução do orçamento.

No caso em questão, apresentamos o superávit do exercício, ou seja, recursos financeiros com pagamentos futuros no encerramento do exercício fiscal totalizam R\$ 336.863.413,63 (Trezentos e trinta e seis milhões, oitocentos e sessenta e três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta e três centavos).



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

Quadro 4. Apuração do Superávit Financeiro de Exercício

Fonte de Recurso	Detalhamento da Despesa	SF Apurado (R\$)
1500	Recursos Não Vinculados de Impostos - SEFIN	2.917.977,85
1500	Recursos Não Vinculados de Impostos – TESOURO MUNICIPAL	252.557.803,14
1700	Outras Transferências ou Instrumentos Congêneres da União	26.348.198,28
1701	Outras Transferências ou Instrumentos Congêneres dos Estados	156.696,74
1706	Transferência Especial da união	4.034.692,95
1749	Outras Vinculações de Transferência	25.641.306,35
1750	Recursos da Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico - CIDE	2.371.370,62
1751	Recursos da Contribuição p/ Custeio do Serv. Ilumin. Pública - COSIP	17.942.321,02
1754	Recursos de Operações de Crédito	4.568.760,88
1555	Recursos de Alienação de Bens/Ativos – Adm Direta	324.285,80
Total Geral		336.863.413,63

Fonte: DICON/ SEFIN

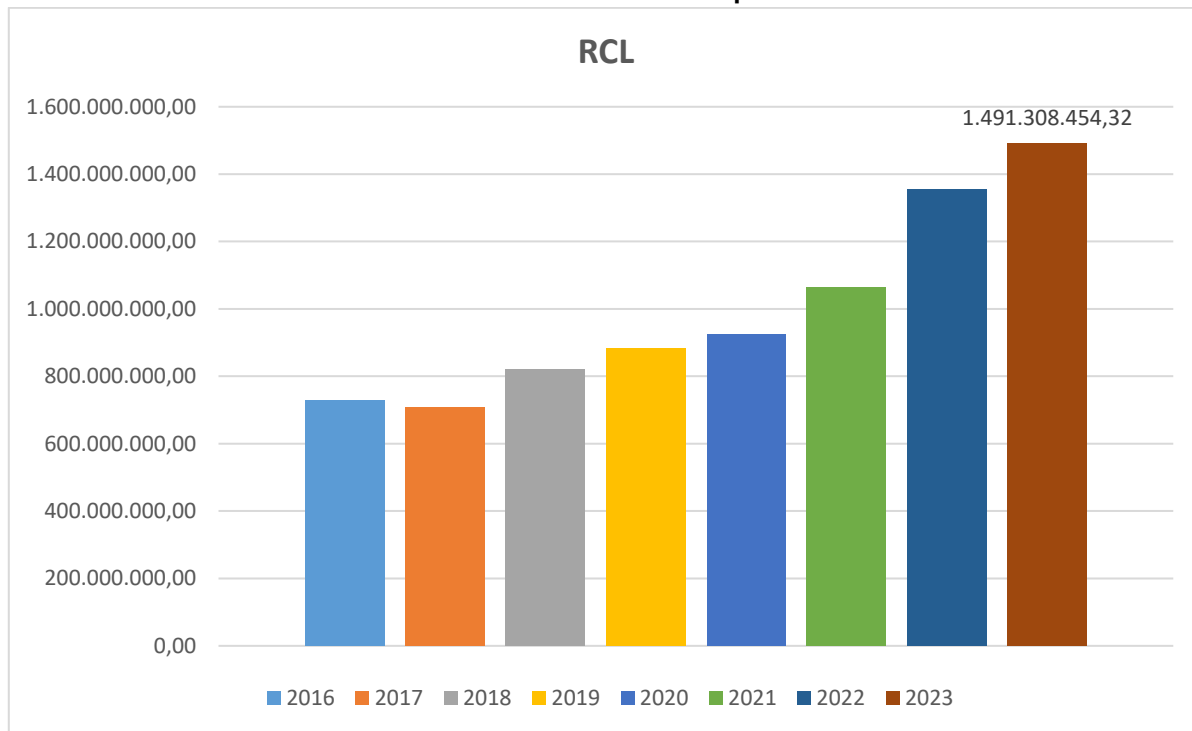
10.2. Receita Corrente Líquida – RCL

Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, a RCL é o somatório das receitas de impostos, taxas e contribuições de melhoria, de contribuições patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes do ente da Federação, deduzidos alguns itens exaustivamente explicitados pela própria LRF (contribuições previdenciárias RPPS, compensação entre regimes de previdência, dentre outros), não cabendo interpretações que extrapolem os dispositivos legais.

O principal objetivo da RCL é servir de parâmetro para os limites da despesa total com pessoal, da dívida consolidada líquida, das operações de crédito, do serviço da dívida, das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária e das garantias do ente da Federação. Os limites foram estabelecidos em parte pela LRF, e em parte por Resoluções do Senado Federal.

Verifica-se que o exercício de 2023 teve valor de R\$ 1.491.308.454,32 (Um bilhão, quatrocentos e noventa e um milhões, trezentos e oito mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e trinta e dois centavos).

Gráfico 10: Receita Corrente Líquida – RCL



Fonte: Sistema REBWEB.

10.3. Despesas com Pessoal – Executivo

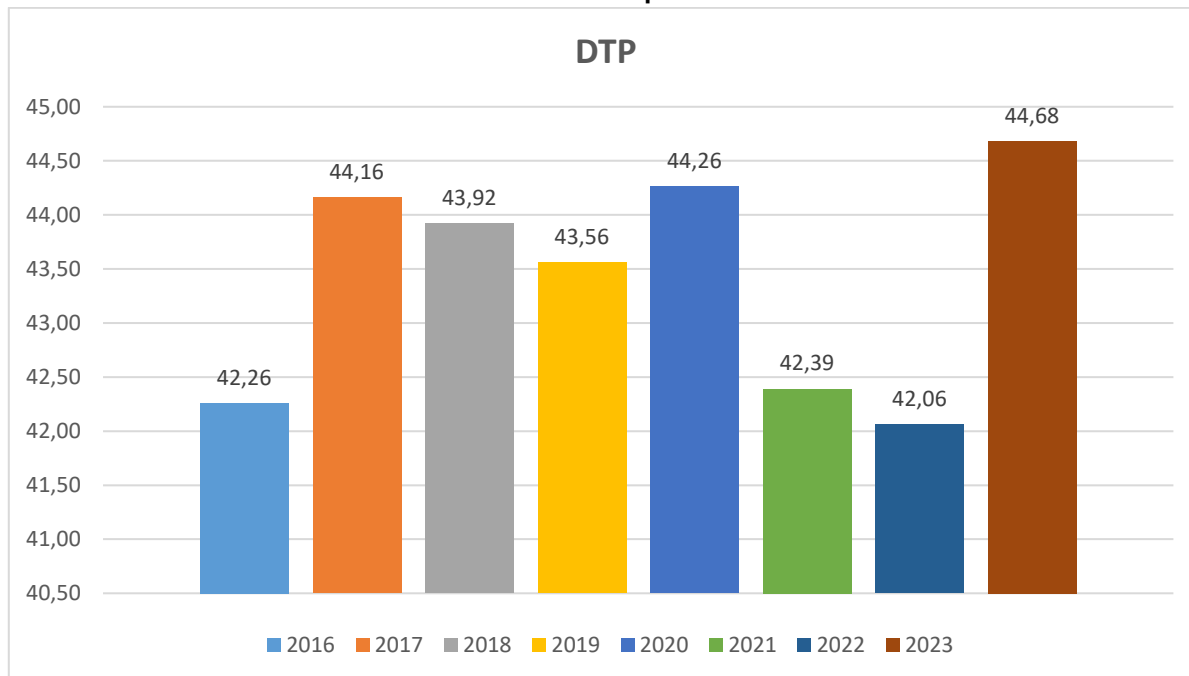
A Despesa Total com Pessoal - DTP compreende o somatório dos gastos do Ente da Federação com ativos, inativos e pensionistas nos últimos 12 (doze) meses.

Os limites da DTP estabelecidos pela LRF são:

- **Limite de Alerta (54% da RCL);**
- **Limite Prudencial (57% da RCL):** impede concessão aumentos, vantagens, contratações, horas extras, criação de cargos, etc;
- **Limite Máximo (60% da RCL):** percentual excedente deve ser eliminado em até dois quadrimestres com extinção de cargos e funções, redução salários, redução jornada, redução comissionados, exoneração de servidores.

O Município de Rio Branco teve a DTP de R\$ 662.237.760,10 (seiscentos e sessenta e dois milhões, duzentos e trinta e sete mil, setecentos e sessenta reais e dez centavos), estando abaixo do limite de alerta com 44,68% sobre a RCL, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 11: Percentual da Despesa Total com Pessoal



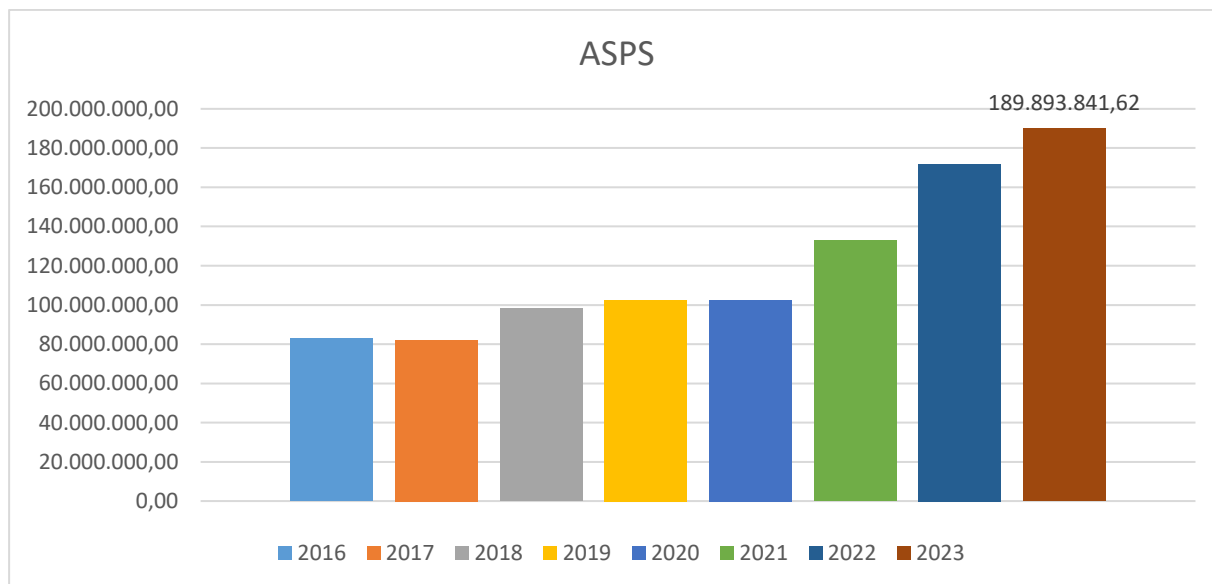
Fonte: Sistema REBWEB.

10.4. Limite Constitucional de Investimentos em Saúde

As Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde - DASPS tem aumentado nos últimos anos, haja vista que a procura por parte da população tem sido maior, e o município, no intuito de oferecer melhores serviços e atendimentos, tem investido mais nesta área.

Em 2023 tais despesas totalizaram um valor de R\$ 189.893.841,62 (cento e oitenta e nove milhões, oitocentos e noventa e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e sessenta e dois centavos), correspondendo a 16,61%, superior ao limite mínimo constitucional de 15%.

Gráfico 12: Despesa com Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS



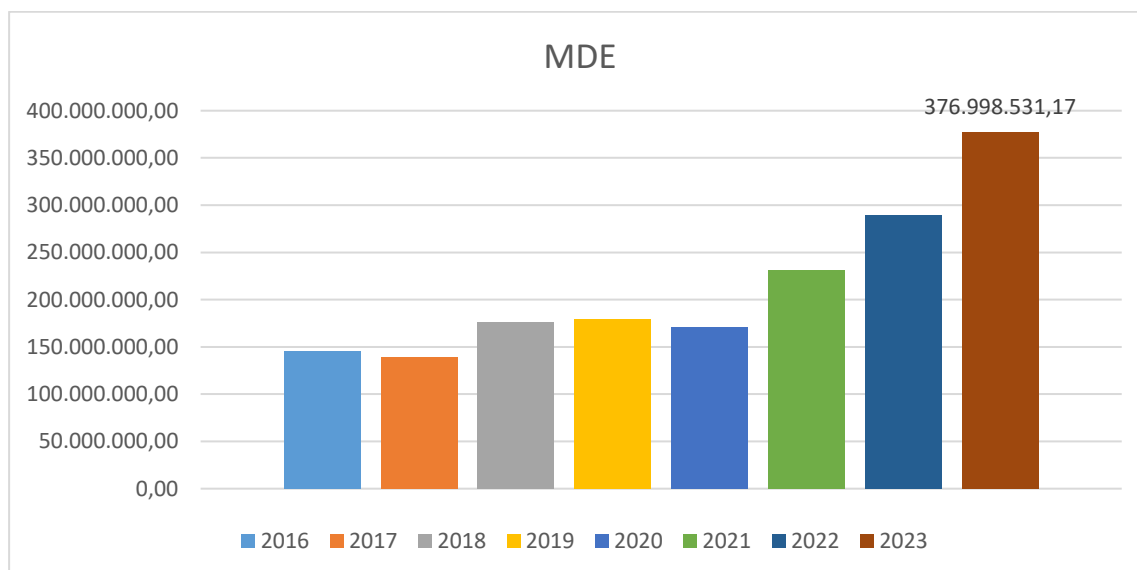
Fonte: Sistema REBWEB.

10.5. Limite Constitucional de Investimentos em Educação

Com o crescente número de alunos na rede municipal de ensino, e esta ser uma das áreas prioritárias do governo, as despesas com MDE cresceram ao longo dos últimos dois anos, demonstrando o compromisso com o serviço público de qualidade.

O valor aplicado na educação no exercício de 2023 foi de R\$ 376.998.531,17 (trezentos e setenta e seis milhões, novecentos e noventa e oito mil, quinhentos e trinta e um reais e dezessete centavos), correspondendo a 31,51% em recursos aplicados.

Gráfico 13: Despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE



Fonte: Sistema REBWEB.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

11. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

11.1. Plano Plurianual – PPA

Eixo Estratégico: Institucional		
Programa: 0403 – Gestão Pública		
Objetivo: Modernizar a administração pública, com foco na eficiência dos serviços prestados à população do município de Rio Branco.		
Público Alvo: População em Geral		
Tipo de Programa: Apoio Administrativo		
Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN		
Horizonte Temporal: Contínuo	Início: 01/01/2022	Término: 31/12/2025
Valor Total: 14.184.003,00		Quantidade de Ações: 6
Valor do Investimento: 6.094.001,00		Valor da Manutenção: 8.090.002,00

Indicadores do Programa								
Indicador	Descrição	Método de Cálculo	ODS	Fonte	Unidade de Medida	Índice de Referência		Desejado no Final do PPA
						Índice	Data	
Receita tributária em relação a receita total do município	Mensurar o percentual da receita tributária em relação a receita total do tesouro municipal arrecadada	Receita tributária ÷ receita geral arrecadada do tesouro municipal	17	SEFIN	Percentual	20,11	2020	22
Periodicidade: Anual Base Geográfica: Municipal								

11.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO

Quadro 5 – Demonstrativo da Execução Física e Financeira das Ações

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO PPA 2022-2025									
Órgão responsável: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - TESOURO MUNICIPAL									
Programa: MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL							Código na LDO: 0404		
Responsável pelo preenchimento: Weverton D'ávila de Farias							Data: 08/02/2024		
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES									
Ação	P/A	Produto (un)	Meta Física			Dotação (R\$)	Despesa (R\$)		
			Prevista (a)	Realizada (b)	% (b*100/a)	Inicial	Empenhada	Liquidada	Paga
198 - Contribuição à Formação do PASEP	A	Manutenção realizada (Unidade)	1	0,8209	82,09	12.219.581,41	13.976.000,00	10.032.081,64	10.032.081,64
229 - Atendimento da Dívida Pública	A	Manutenção realizada (Unidade)	1	0,904	90,450	34.037.410,50	54.287.664,15	30.797.118,55	30.797.118,55



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

422 - Custos Financeiros e Tarifas Bancárias	A	Manutenção realizada (Unidade)	1	0,7835	78,35	2.000.000,00	2.000.000,00	1.567.062,54	1.567.062,54
472 - Indenizações, Restituição e Ressarcimento	A	Manutenção realizada (Unidade)	1	0,7225	72,25	2.040.000,00	1.493.155,42	1.473.938,72	1.473.938,72

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO PPA 2022-2025

Órgão responsável: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Programa: MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Código na LOA: 0404

Responsável pelo preenchimento: Weverton D'ávila de Farias

Data: 08/02/2024

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES

Ação	P/A	Produto (un)	Meta Física			Dotação (R\$)		Despesa (R\$)	
			Prevista (a)	Realizada (b)	% (b*100/a)	Inicial	Empenhada	Liquidada	Paga
194 - Manutenção do Gabinete do Secretário	A	Manutenção realizada (Unidade)	1	0,364	36,4	887.504,00	339.264,05	323.409,99	323.409,99
219 - Manutenção do Departamento de Tesouraria	A	Manutenção realizada (Unidade)	1	0,000	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00
221 - Manutenção do Departamento de Administração Tributária	A	Manutenção realizada (Unidade)	1	0,000	0,00	4,00	0,00	0,00	0,00
400 - Manutenção dos Serviços Administrativos das Divisões da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN	A	Manutenção realizada (Unidade)	1	0,805	80,51	6.010.798,56	6.432.432,20	4.839.490,88	4.839.490,88
402 - Manutenção e Suporte Técnico da Rede Metropolitana Prefeitura Digital	A	Manutenção realizada (Unidade)	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
403 - Manutenção do sistema de gestão tributária - Simples Nacional	A	Manutenção realizada (Unidade)	1	0,904	90,41	31.251,50	31.251,50	28.255,82	28.255,82

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

404 - Manutenção do Sistema de Gestão de Informações Territoriais, Execução de Atividades de Coleta e Atualização de Dados	A	Manutenção realizada (Unidade)	1	1	100	59.550,76	59.550,76	59.550,76	59.550,76
406 - Serviço de Postagens	A	Manutenção realizada (Unidade)	1	0,829	82,95	350.000,00	349.944,50	290.354,65	290.354,65
407 - Confeção de Carnês de IPTU	A	Manutenção realizada (Unidade)	1	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00
408 - Aquisição dos Certificados Digitais (Sistema Eletrônico Única de Fiscalização do Simples Nacional)	A	Manutenção realizada (Unidade)	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
409 - Manutenção dos CACS e OCA	A	Manutenção realizada (Unidade)	1	0,731	73,19	350.000,00	350.000,00	256.174,81	256.174,81

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO PPA 2022-2025

Órgão responsável: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Programa: POLÍTICA PARA SERVIDORES MUNICIPAIS

Código na LOA: 0402

Responsável pelo preenchimento: Weverton D'ávila de Farias

Data: 08/02/2024

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES

Ação	P/A	Produto (un)	Meta Física			Dotação (R\$)	Despesa (R\$)		
			Prevista (a)	Realizada (b)	% (b*100/a)		Empenhada	Liquidada	Paga
365 - Contratação de cursos de capacitação para servidores	P	Servidores capacitados (Unidade)	1	0,303	30,304	50.002,00	15.153,00	15.153,00	15.153,00

11.3 Lei Orçamentária Anual– LOA

11.3.1. Receita

Quadro 6 – Composição das receitas executadas

Categoria Econômica	2023		2022		%
	R\$ (a)	%	R\$ (b)	%	
Receitas Correntes (I)	1.861.143.363,78	98%	1.324.469.599,00	92%	40



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

Receitas Tributárias	272.836.058,31	14%	182.170.679,00	14%	49,76
Receitas de Contribuições	76.336.045,14	4%	65.819.030,00	5%	15,97
Receitas Patrimoniais	191.859.560,34	10%	38.178.186,00	3%	402,53
Receitas Industriais	-	0%	5.150.120,00	0%	-100
Receitas de Serviços	50.131.556,39	3%	40.825.194,00	3%	22,79
Transferências Correntes	1.222.729.233,64	64%	989.359.752,00	69%	23,58
Outras Receitas Correntes	41.718.725,24	2%	2.966.638,00	0%	1306,26
Receitas de Capital (II)	45.747.713,33	2%	119.822.623,00	8%	-61,82
Operações de Crédito	20.467.240,63	1%	45.000.000,00	3%	-54,51
Dedução da Receita	-	0%	-12.767.856,00	-1%	100,00
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	25.280.472,70	1%	87.590.479,00	6%	-71,13
Outras Receitas de Capital	-	0%	-	0%	-
Total das Receitas (III) = (I+II)	1.906.891.077,11	100%	1.444.292.222,00	100%	122,02

Fonte: Sistema REBWEB: Demonstrativo da Receita por Natureza e Relação de Previsão Adicional de Receita

Quadro 7 – Demonstrativo da Previsão e Realização de Receitas Orçamentárias

Categoria Econômica	Receita	
	Previsão Atualizada	Arrecadada
I - Receitas do Tesouro	2.330.383.439,00	2.065.774.617,62
I.1 - Receitas Correntes	1.900.077.749,00	1.861.143.363,78
Receitas Tributárias	248.319.902,00	272.836.058,31
Receitas de Contribuições	75.517.222,00	76.336.045,14
Receitas Patrimoniais	59.617.935,00	191.859.560,34
Receitas Industriais	5.651.121,00	0
Receitas de Serviços	78.871.000,00	50.131.556,39
Transferências Correntes	1.425.534.291,00	1.222.729.233,64
Outras Receitas Correntes	2.771.516,00	41.718.725,24
I.2 - Receitas de Capital	253.878.970,00	45.747.713,33
Operações de Crédito	46.600.007,00	20.467.240,63
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Transferências de Capital	207.278.963,00	25.280.472,70
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
II - Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
III - Excesso de Arrecadação		
IV - Superávit/Déficit		

Fonte: Sistema REBWEB

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

11.3.2 Despesas

Quadro 8 – Programação das Despesas Correntes

ORIGEM DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS		Grupos de Despesas Correntes					
		Pessoal e Encargos Sociais		Juros e Encargos da Dívida		Outras Despesas Correntes	
		Despesa (R\$)					
		Fixada	Executada	Fixada	Executada	Fixada	Executada
Dotação Inicial LOA (a)		2,00	-	27.189.249,00	15.049.679,91	31.305.498,00	26.208.295,05
Créditos	Crédito Suplementar	-	-	-	-	3.359.936,04	
	Crédito Extraordinário	-	-		-	5.000.000,00	-
	Anulação de crédito	-	-	-10.079.122,90	-	-5.442.101,77	-
	-	-	-				-
Outras Operações (f)		-	-	-	-	-	-
Total = a+b+c+d-e+/-f)		2,00	-	17.110.126,10	15.049.679,91	34.223.332,27	26.208.295,05

Fonte: Sistema REBWEB

Quadro 9 – Programação das Despesas de Capital

ORIGEM DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS		Grupos de Despesas de Capital					
		Investimentos		Inversões Financeiras		Amortização da Dívida	
		Despesa (R\$)					
		Fixada	Executada	Fixada	Executada	Fixada	Executada
Dotação Inicial LOA (a)		600.006,00	967.590.85	-	-	24.000.000,00	15.747.438,64
Créditos	Crédito Suplementar	1.060.360,00	-	-	-	-	-
	Crédito Extraordinário	-	-	-	-	-	-
	Anulação de crédito	-	-	-	-	-7.072.715,60	-
	Crédito Atual			-	-	-	-
Outras Operações (f)		-	-	-	-	-	-
Total = a+b+c+d-e+/-f)		1.660.366.00	967.590.85	-	-	16.927.284.40	15.747.438.64

Fonte: Sistema REBWEB

Quadro 10 – Despesa Total do Órgão

Especificação	Despesa (R\$ mil)	
	Empenhada	Paga
Modalidade de Licitação (I)	8.979.733,85	8.381.045,14
Convite	-	-
Tomada de Preços	-	-
Concorrência	-	-
Pregão	-	-
Registro de Preços	7.909.986,30	7.311.297,59
Regime Diferenciado de Contratação	-	-
Adesão a Registro de Preços	1.069.747,55	1.069.747,55
Chamamento Público		



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

Contratações Diretas (II)	3.470.366,52	1.151.077,38
Dispensa em razão do valor	2.173.634,56	173.634,56
Dispensa	297.440,00	297.440,00
Inexigibilidade	999.291,96	680.002,82
Credenciamento		
Diárias (III)	32.265,44	32.265,40
Convênios de Despesas (IV)		
Outras Despesas (V)		
Despesa Total do Órgão (I+II+III+IV+V)	12.482.365,77	9.564.387,92

Fonte: Sistema REBWEB

12. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Considerando o cenário político e econômico brasileiro, a Prefeitura Municipal de Rio Branco pode analisar como positiva sua atuação frente as demandas dos seus cidadãos, desempenhando de forma ética e responsável as atribuições definidas para o exercício de 2023, superando as dificuldades que afetam diretamente a gestão pública, buscou os resultados estabelecidos no Plano de Governo.

Foi desafiador manter as receitas e despesas estáveis, gerando um grande esforço da gestão fiscal para que todas as Secretarias e Órgãos pudessem cumprir com as ações e projetos previstos. Para tal, se fez necessário tomar medidas de ajuste, como a redução de despesas, reforma administrativa, visando sempre o equilíbrio das contas públicas.

Medidas para ampliação das receitas também foram adotadas, pode-se verificar nos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2022, conforme estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, que o município cumpriu com os limites estabelecidos e findou em boa condição fiscal.

Dessa forma, a capacitação e desenvolvimento dos nossos recursos humanos é imprescindível, bem como o constante investimento em tecnologia da informação e comunicação, para que alcancemos cada vez mais nossa população com a prestação de serviços de excelência.

Por fim, a SEFIN continua buscando melhorias para seus servidores, contribuintes e para o Município, sendo os resultados:

- Programa Nota Premiada Rio Branco;
- Programa Municipal de Educação Fiscal - PMEF;
- Programa IPTU da Prêmios;
- Curso de Gestão da Dívida Ativa Municipal;
- Aerolevantamento no núcleo urbano Vila Verde;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

- Implementação da base asfáltica dentro do Sistema RBGeo;
- Correção de logradouros do bairro Santo Afonso para implementação do Projeto 1001 dignidades;
- Implementação do projeto “De olho na Obra”;
- Identificação das UBS por meio do Geoprocessamento;
- Elaboração da mancha de alagação do Igarapé São Francisco;
- Elaboração de mapas temáticos da nova revisão do Plano Diretor de Rio Branco;
- Utilização do Sistema ArcGIS para análise de dados geográficos.

Rio Branco, Acre – 27 de fevereiro de 2024.

Weverton Dávila de Farias
Diretor de Gestão Administrativa
Decreto nº 278/2022

Wilson José das Chagas Sena Leite
Secretário Municipal de Finanças
Decreto nº 048/2023